



DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 20 de fevereiro de 2024.

Edição 4110 | Páginas: 24

9ª LEGISLATURA | 2ª SESSÃO LEGISLATIVA | 66º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JORGE EVERTON
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2ª SECRETÁRIA

RÁRISON BARBOSA
3º SECRETÁRIO

ODILON
4º SECRETÁRIO

RENATO SILVA
CORREGEDOR-GERAL

Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado Marcos Jorge – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputado Rárisson Barbosa;
- f) Deputado Coronel Chagas;
- g) Deputado Armando Neto.

II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Jorge Everton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Soldado Sampaio.

III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Rárisson Barbosa – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Lucas Souza.

IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputado Armando Neto;
- d) Deputado Marcos Jorge;
- e) Deputado Isamar Júnior;
- f) Deputada Aurelina Medeiros;
- g) Deputada Catarina Guerra.

V - Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Lucas Souza – Presidente;
- b) Deputado Dr. Meton – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
- e) Deputada Tayla Peres.

VI - Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Dr. Meton;
- f) Deputado Gabriel Picanço;
- g) Deputado Jorge Everton.

VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Neto Loureiro;
- f) Deputado Idázio da Perfil;
- g) Deputado Marcos Jorge.

VIII - Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Marcelo Cabral – Presidente;
- b) Deputado Lucas Souza – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Renato Silva;
- e) Deputado Marcos Jorge.

IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Isamar Júnior – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Lucas Souza.

X - Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Armando Neto – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputada Aurelina Medeiros;
- e) Deputado Eder Lourinho.

XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon – Presidente;
- b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Armando Neto;
- e) Deputado Marcelo Cabral.

XII - Comissão de Políticas Indígenas:

- a) Deputado Dr. Meton – Presidente;
- b) Deputado Armando Neto – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Odilon.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputado Rárisson Barbosa – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcinho Belota;
- d) Deputada Joilma Teodora;
- e) Deputado Soldado Sampaio.

XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Idázio da Perfil – Vice-Presidente;
- c) Deputado Odilon;
- d) Deputada Angela Águida Portella;
- e) Deputada Tayla Peres.

XV - Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Idázio da Perfil – Presidente;
- b) Deputado Marcos Jorge – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputado Dr. Meton;
- e) Deputado Armando Neto;
- f) Deputado Chico Mozart;
- g) Deputado Eder Lourinho.

XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputada Angela Águida Portella – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputado Neto Loureiro;
- e) Deputada Joilma Teodora.

XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Joilma Teodora – Presidente;
- b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
- c) Deputada Catarina Guerra;
- d) Deputada Angela Águida Portella;
- e) Deputada Aurelina Medeiros.

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Isamar Júnior – Presidente;
- b) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião – Vice-Presidente;
- c) Deputado Lucas Souza;
- d) Deputada Tayla Peres;
- e) Deputado Odilon.

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Angela Águida Portella – Presidente;
- b) Deputado Marcinho Belota – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dr. Cláudio Cirurgião;
- d) Deputado Isamar Júnior;
- e) Deputado Lucas Souza.

XX - Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputado Odilon – Vice-Presidente;
- c) Deputado Marcos Jorge;
- d) Deputado Eder Lourinho;
- e) Deputado Renato Silva;
- f) Deputada Catarina Guerra – 1ª Suplente;
- g) Deputado Coronel Chagas – 2ª Suplente.

XXI - Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Marcinho Belota – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputada Angela Águida Portella;
- d) Deputado Soldado Sampaio;
- e) Deputado Rárisson Barbosa.

XXII - Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Idázio da Perfil;
- e) Deputado Odilon.

SUMÁRIO

Presidência

- Edital de Convocação de Sessão Preparatória para
Eleição da Mesa Diretora 02

- Edital de Convocação de Sessão Extraordinária 02

Superintendência Legislativa

- Leis nº 1925 e 1926/2024 02

- Autógrafos dos Projetos de Lei nº 025, 139, 153,
206, 235, 277 e 282/2023 03

- Moções nº 047 e 049/2023 05

- Ata da 56ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão
Legislativa da 9ª Legislatura 05

- Ata da 57ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão
Legislativa da 9ª Legislatura 15

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resoluções nº 452 a 465/2024

Comissão Permanente de Licitação 23

- Pregão Presencial nº 023/2023 - Resultado de
Licitação 24

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

PRESIDÊNCIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO PREPARATÓRIA PARA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, convoca os Excelentíssimos Parlamentares, com fulcro no art. 6º, II e art. 12, § 4º, ambos do Regimento Interno da ALERR, para Sessão Preparatória de eleição da Mesa Diretora para o 2º biênio (2025/2026) da 9ª Legislatura — que ocorrerá no dia 21 de fevereiro de 2024, às 10h, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas.

Palácio Antônio Martins, 20 de fevereiro de 2024.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, convoca os Excelentíssimos Parlamentares, com fulcro no arts. 136, III, e 138, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno da ALERR, para Sessão Extraordinária — presencial e remota, que ocorrerá no dia 20 de fevereiro de 2024, às 16h, na sala de Reunião da Mesa Diretora, a fim de deliberar sobre as seguintes proposições:

- Mensagem Governamental de Veto Total nº 68/2023, ao Projeto de Lei nº 126/2023, que altera a Lei nº 59, de 28 de dezembro de 1993, que “Dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual e dá outras providências”, para autorizar o parcelamento do Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, e dá outras providências;

- Mensagem Governamental de Veto Total nº 72/2023, ao Projeto de Lei nº 154/2023, que Institui a Política Estadual de Tratamento das Pessoas Vítimas de Queimaduras e dá outras providências;

- Projeto de Lei nº 015/2024, de autoria do Poder Executivo, que aprova a prorrogação do prazo de duração das Secretarias de Estado Extraordinárias que especifica;

- Projeto de Resolução Legislativa nº 005/2024, de autoria da Mesa Diretora, que altera a Resolução Legislativa n. 038/2021;

- Projeto de Resolução Legislativa nº 006/2024, de autoria da Mesa Diretora, que altera a Resolução Legislativa n. 035/2021.

Palácio Antônio Martins, 20 de fevereiro de 2024.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

LEIS

LEI Nº 1.925, DE 30 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre as diretrizes para o fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar no âmbito do Estado de Roraima.

Faço saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprovou, o Governador do Estado de Roraima, nos termos do § 4º do art. 43 da Constituição Estadual sancionou, e eu, Soldado Sampaio, Presidente da Assembleia Legislativa, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes para o fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar no âmbito do estado de Roraima.

Parágrafo único. As diretrizes poderão nortear as ações públicas de apoio ao cooperativismo da agricultura familiar.

Art. 2º São diretrizes para o fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar:

I - criação e fortalecimento de mecanismos de participação dos associados e membros de suas famílias, com a criação de espaços no âmbito da cooperativa e comunidade que contemplem as dimensões de gênero e juventude, que promovam o acesso à consulta e decisões sobre a gestão e juventude, que promovam o acesso à consulta e decisões sobre a gestão da cooperativa e o exercício dos princípios e da ação cooperativista;

II - desenvolvimento de capacidades para a consecução das diferentes dimensões do cooperativismo dos associados e da comunidade, tais como formação cooperativista, gestores e lideranças, exercício da cidadania, mecanismos de acesso a mercados, investimentos, desenvolvimento da administração, logística, comunicação e marketing;

III - estabelecimento de alianças e mecanismos de acesso a serviços, políticas e recursos e formas de atuação conjunta com setores relevantes para a consecução dos objetivos do cooperativismo nos diversos âmbitos da sociedade, em particular no Poder Público Legislativo, Executivo e Judiciário e mercados, nos níveis local, regional, estadual, visando o fortalecimento do cooperativismo e o alcance de seus objetivos;

IV - fortalecimento dos mecanismos de representação e formação de lideranças cooperativistas na cooperativa e na comunidade, por meio de espaços e órgãos de participação, formação e gestão, tais como conselhos de administração e conselhos fiscais, comitês educativos, grupos de jovens e mulheres cooperativistas e esferas de representação;

V - criação de legislação estadual para a aquisição de produtos da agricultura familiar pelos órgãos públicos estaduais.

Art. 3º As diretrizes para o fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar poderão ser implementadas pelo Poder Público Estadual, em articulação com os governos municipais, setor privado e terceiro setor.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei nos termos do art. 62 da Constituição do Estado de Roraima, de 31 de dezembro de 1991.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de janeiro de 2024.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

LEI Nº 1.926, DE 30 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos responsáveis por estabelecimentos de atendimento médico e afins que constatarem indícios de maus-tratos à pessoa idosa atendida em comunicar o fato, de imediato, à Polícia Civil.

Faço saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprovou, o Governador do Estado de Roraima, nos termos do § 4º do art. 43 da Constituição Estadual sancionou, e eu, Soldado Sampaio, Presidente da Assembleia Legislativa, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Os responsáveis por estabelecimentos públicos e particulares de atendimento médico e semelhantes ficam obrigados a notificar, no prazo de 24 horas, à Polícia Civil do Estado do Roraima, através do Núcleo de Proteção ao Idoso e Portador de Necessidade Especial - NPINE, os casos em que forem constatados indícios de maus-tratos à pessoa idosa.

Parágrafo único. No caso de atendimento médico, a notificação de que trata o caput conterá:

I - identificação do idoso e, se houver, acompanhante, e pessoas que morem na mesma residência;

II - relatório do atendimento prestado, a descrição de sua situação de saúde no momento do atendimento e os procedimentos adotados.

Art. 2º Para efeitos desta lei, consideram-se maus-tratos o disposto no art. 136 do Decreto Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Art. 3º O descumprimento do disposto no caput acarretará ao responsável a pena de multa.

Parágrafo único. A multa a ser aplicada corresponderá ao valor monetário equivalente a 150 (cento e cinquenta) UFERRs, Unidades Fiscais do Estado de Roraima, devendo a multa ser revertida para o Fundo Nacional do Idoso.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de janeiro de 2024.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

AUTÓGRAFOS - PROJETOS DE LEI

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 025/2023

Estabelece a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia no âmbito do Estado de Roraima e institui o dia 12 de maio como o Dia Estadual de Conscientização da Fibromialgia no Calendário de Eventos do Estado de Roraima.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia no âmbito do Estado de Roraima.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com fibromialgia aquela que, avaliada por médico reumatologista, fisiatra ou com especialização em dor crônica, preencha os requisitos estipulados pela Sociedade Brasileira de Reumatologia ou órgão que a venha substituir.

Art. 2º O Estado poderá adotar medidas de apoio ao atendimento prestado às pessoas com fibromialgia, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, observadas as seguintes diretrizes:

I - incentivo ao atendimento dos pacientes por equipe multidisciplinar composta por médico, psicólogo, nutricionista, fisioterapeuta e profissional da educação física;

II - garantia do acesso a exames complementares;

III - garantia do acesso aos medicamentos prescritos;

IV - incentivo à adoção de práticas integrativas e complementares no atendimento aos pacientes;

V - incentivo à divulgação de campanhas de conscientização e sensibilização sobre a Síndrome de Fibromialgia;

VI - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com fibromialgia e à educação de seus familiares;

VII - estímulo à inserção da pessoa com fibromialgia no mercado de trabalho, com políticas diferenciadas, dada a especificidade de cada caso; e

VIII - participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com fibromialgia e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliações.

Parágrafo único. Para o cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o Poder Público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado, com preferência por aquelas sem fins lucrativos.

Art. 3º Fica instituído, no Calendário de Eventos do Estado de Roraima, o dia 12 de maio como o Dia Estadual de Conscientização sobre a Fibromialgia.

Art. 4º Na referida data, poderão ser realizadas, anualmente, campanhas com o intuito de informar, esclarecer, conscientizar, envolver e mobilizar a sociedade civil sobre a fibromialgia.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2023.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputado Estadual JORGE EVERTON
1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS
2ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 139/2023

Institui o App BORA, um aplicativo de transporte individual remunerado, gerenciado pelo Estado de Roraima por meio de plataforma digital governamental gerenciada pela SEGOD.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Fica instituído o APP BORA, aplicativo de transporte gerenciado pelo Estado de Roraima, a ser regulamentado pela Secretaria de Estado de Governo Digital – SEGOD, seguindo as diretrizes estabelecidas nesta Lei e na Política Nacional de Mobilidade Urbana - Lei n. 12.587/2012.

Parágrafo único. Esta legislação tem por objetivo estabelecer as diretrizes basilares para a criação e regulamentação de um aplicativo de transporte gerenciado pelo Poder Executivo, visando a melhoria do transporte de pessoas no Estado de Roraima.

Art. 2º Para fins interpretativos do corpo normativo, entende-se por:

I - transporte individual remunerado de passageiros: o serviço remunerado de transporte de passageiros para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas, solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados no Aplicativo Governamental BORA;

II - Aplicativo BORA: aplicativo governamental para dispositivos móveis, o qual possibilita o transporte de passageiros por meio de veículos cadastrados, mediante remuneração imediata ao serviço;

III - passageiro é o usuário que se enquadra na definição de consumidor prevista no artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.078/90.

Art. 3º Os motoristas interessados em prestar serviço por meio do aplicativo deverão se cadastrar previamente junto ao órgão competente de transporte do Estado, apresentando a documentação necessária para a emissão da autorização, a saber:

I - comprovante de endereço ou declaração de residência com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;

II - Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior, explicitando o exercício de atividade remunerada - EAR;

III - certidões negativas de antecedentes criminais emitidas pelo Poder Judiciário local, Justiça Federal e Polícia Judiciária Estadual e Federal;

IV - ser inscrito como contribuinte individual do Instituto Nacional do Seguro Social, nos termos da alínea "h", inciso V, do artigo 11, da Lei Federal n. 8.213, de 24 de julho de 1991;

V - relatório regular de pontuação emitido pelo DETRAN Roraima;

VI - apresentar declaração firmada pelo proprietário do veículo autorizando sua utilização para a exploração de transporte remunerado privado individual de passageiros.

Art. 4º Os veículos utilizados pelos condutores deverão apresentar as seguintes condições abaixo relacionadas, comprovadas anualmente perante a SEGOD:

I - Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV vigente;

II - comprovação de pagamento do seguro obrigatório DPVAT;

III - possuir no máximo 10 (dez) anos de fabricação;

IV - apresentar certificado anual de aprovação em inspeção de segurança veicular fornecido por instituição reconhecida pelo Estado de Roraima; e

V - possuir emplacamento de municípios do Estado de Roraima.

Art. 5º Os motoristas cadastrados no aplicativo de transporte gerenciado pelo Estado de Roraima terão os seguintes direitos e deveres:

I - direito de escolher livremente os horários em que irão prestar serviço, como usualmente o fazem;

II - dever de manter atualizado o cadastro junto ao órgão competente de transporte do Estado;

III - dever de cumprir na integralidade os mecanismos de segurança contidos da Lei Estadual n. 1.800, de 08 de fevereiro de 2023, bem como prestar o serviço de transporte respeitando as normas de trânsito e as regras gerais de segurança;

IV - dever de manter o veículo em boas condições de uso, com a documentação em dia e o seguro obrigatório válido.

Art. 6º Os passageiros que utilizarem o aplicativo de transporte gerenciado pelo Estado de Roraima terão direito a escolher ou recusar o motorista que irá prestar o serviço, além de receber informações claras e precisas sobre o serviço oferecido e seu fornecedor imediato.

Art. 7º As taxas cobradas aos motoristas não terão o somatório total superior a 10% (dez por cento).

Art. 8º O Poder Público irá regulamentar esta Lei com o que há de mais inovador na Secretaria de Estado de Governo Digital – SEGOD.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 13 de dezembro de 2023.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 153/2023

Regulamenta a oferta de serviços do tipo couvert artístico no Estado de Roraima e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º No âmbito do Estado de Roraima, os estabelecimentos comerciais do tipo restaurantes, lanchonetes, bares e seus congêneres que oferecem serviços de couvert artístico deverão fixar, em local de visível acesso ao consumidor, a descrição clara do preço pago a mais pelo serviço.

§1º Para os fins desta Lei, entende-se como couvert artístico a taxa pré-estabelecida que o cliente paga pelas apresentações artísticas, ao vivo, de qualquer natureza.

§2º O aviso colocado pelo estabelecimento deverá ter as dimensões mínimas de 50 (cinquenta) centímetros de altura e 40 (quarenta) centímetros de largura.

§3º Em caso de não cumprimento dessa comunicação prévia, o consumidor não será obrigado a efetuar o pagamento pelo serviço.

Art. 2º É vedada a cobrança do serviço de couvert artístico pelos estabelecimentos mencionados no artigo anterior, quando o consumidor estiver em área reservada ou em local onde não possa usufruir integralmente do serviço, incluindo-se a proibição da cobrança pelo fornecimento de música ambiente gravada ou por meio de equipamentos audiovisuais, assim como a transmissão de jogos de futebol, shows e outras atrações artísticas por sistemas de projeção.

Parágrafo único. O serviço prestado em desconformidade com o previsto no caput deste artigo não gerará qualquer obrigação de pagamento.

Art. 3º É vedada a cobrança de couvert artístico quando calculado em cima do valor total da conta.

Art. 4º O estabelecimento comercial deverá firmar contrato escrito com o músico ou banda, estabelecendo as obrigações e direitos de ambas as partes, podendo o serviço de estrutura e sonorização ser acordado à parte.

Art. 5º O valor arrecadado do couvert artístico durante a apresentação deverá ser repassado integralmente ao artista ou grupo, salvo se já estiver firmado valores nos termos do caput do art. 4º.

Art. 6º Ao profissional músico ou responsável por ele indicado fica facultado o acompanhamento e fiscalização da portaria, devendo o estabelecimento, sempre que solicitado, comprovar, mediante documentos, como notas fiscais, registros de entrada, entre outros.

Art. 7º Fica estabelecida a meia entrada para o couvert artístico, nos termos da legislação vigente.

Art. 8º Os órgãos competentes deverão fiscalizar o cumprimento desta Lei, podendo realizar vistorias e aplicar as penalidades cabíveis.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2023.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual JORGE EVERTON

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

2ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 206/2023

Altera a Lei n. 59, de dezembro de 1993, que dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual de Roraima, para instituir isenção de IPVA para automóveis elétricos, híbridos, híbridos plug-in e a hidrogênio.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º A Lei n. 59, de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art.98 [...]

IX - os automóveis e motocicletas movidos a motor elétrico, inclusive os denominados híbridos, híbridos plug-in (movidos a motor elétrico e a combustão que pode ser carregado a uma fonte de energia externa) e os movidos a hidrogênio, até o quinto ano após a primeira venda a consumidor final adquiridos no Estado de Roraima. (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2023.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual JORGE EVERTON

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

2ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 235/2023

Assegura aos profissionais da saúde do sistema público e privado de saúde de Roraima o direito à meia-entrada na aquisição de ingressos para eventos artísticos, culturais, cinematográficos e desportivos realizados em todo o Estado de Roraima.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Fica assegurado aos profissionais da saúde do sistema público e privado de saúde do Estado de Roraima o pagamento da metade do valor cobrado para aquisição de ingressos em eventos artísticos, culturais, cinematográficos e desportivos realizados no Estado de Roraima.

§ 1º O desconto é aplicado ainda que sobre o valor do ingresso já esteja sendo aplicado desconto ou preço promocional.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se a todos os profissionais da saúde do sistema público e privado de saúde do Estado de Roraima que estejam no exercício de suas atividades profissionais e aos aposentados.

Art. 2º Para fazer jus ao benefício previsto nesta Lei, o profissional da saúde deve apresentar documento de identidade e, alternativamente, contracheque, carteira funcional emitida por estabelecimento público ou privado de saúde ou carteira de identificação expedida por entidade de classe.

Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeita o infrator às sanções de advertência ou multa, que poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 12 de dezembro de 2023.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual JORGE EVERTON

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

2º Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 277/2023

Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Roraima, o Dia Estadual Da Mulher Advogada.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Roraima, o Dia Estadual da Mulher Advogada, a ser comemorado, anualmente, em 15 de dezembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2023.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual JORGE EVERTON

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

2º Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 282/2023

Obriga o aeroporto do Estado a fixar placas contendo informação a respeito dos direitos do usuário em caso de atraso e cancelamento de voos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Fica o aeroporto do Estado de Roraima obrigado a fixar placas contendo informação a respeito dos direitos do usuário em caso de atraso e cancelamento de voos.

Parágrafo único. A placa de que trata o caput deste artigo deverá ser legível e colocada em locais de fácil visualização.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator a multa de 300 UFERRs (trezentas Unidades Fiscais do Estado de Roraima), cobrada em dobro a cada período de sessenta dias, se mantida a irregularidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos no prazo de sessenta dias.

Palácio Antônio Martins, 12 de dezembro de 2023.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual JORGE EVERTON

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

2º Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

MOÇÕES

MOÇÃO DE REPÚDIO N. 047/2023

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do art. 205 do Regimento Interno, em nome de seus membros, faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

Moção de Repúdio em relação à fala da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que, durante seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI das Organizações Não Governamentais - ONGs, ocorrido no Senado Federal, em 27/11/2023, ao fazer referência

à BR-319, demonstrou, mais uma vez, inflexibilidade e falta de comprometimento às questões relacionadas ao desenvolvimento dos estados da Região Amazônica.

Palácio Antônio Augusto Martins, 13 de dezembro de 2023.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

MOÇÃO DE PESAR N. 049/2023

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do art. 205 do Regimento Interno, em nome de seus membros, faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a:

Moção de Pesar pelo falecimento do senhor José Ribamar Serafim Rodrigues, de 60 anos, radialista, natural de São Luiz do Maranhão, pai de 6 filhos, conhecido carinhosamente como “Negão do Som”.

Esta Casa Legislativa manifesta publicamente votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Ribamar Serafim Rodrigues e irrestrita solidariedade aos familiares e amigos por essa irreparável perda ocorrida na segunda-feira, dia 04 de dezembro de 2023.

Palácio Antônio Augusto Martins, 05 de dezembro de 2023.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

ATAS

ATA DA 56ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2023 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte um de novembro de dois mil e vinte e três, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a quinquagésima sexta Sessão Ordinária da primeira Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Bom dia, a todos os presentes. Convido o deputado Armando Neto para atuar como primeiro-secretário *ad hoc*.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em do povo roraimense, declaro aberta a presente sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a ata da sessão anterior).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a ata da sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. Os deputados que concordam com a ata da sessão anterior, permaneçam como estão.

Dou por aprovada ata da sessão anterior.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – Senhor presidente, o expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA**: Ofício n. 6581/2023, de autoria do Grupo de Monitoramento e Fiscalização, que trata da necessidade de inclusão de prevenção orçamentária destinada à implementação de políticas nacional de alterações penais e políticas de atenção às pessoas egressas do sistema prisional; Ofício n. 7753/2023, encaminhando o Projeto de Lei n. 294/2023, que altera a Lei n. 1.157/2016; Ofício n. 7754/2023, que encaminha o Projeto de Lei Complementar de n. 017/2023, que altera o anexo da Lei Complementar Estadual de n. 227/2014, que dispõe sobre organização do quadro pessoal do plano de cargos e carreiras de salário do Poder Judiciário do estado de Roraima. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS**: o Projeto de Decreto Legislativo n. 118/2023, de autoria do deputado Marcos Jorge, que declara de utilidade pública o Instituto Caminho dos Campeões-kime do estado de Roraima; Indicação n. 632/2023, de autoria do deputado Marcos Jorge; Indicação n. 633/2023, de autoria do deputado Eder lourinho; Indicações n. 634 e 635/2023, de autoria da deputada Catarina Guerra; Requerimento n. 114/2023, de autoria da deputada Angela Águida Portella, que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 118/2023; Requerimento n. 115/2023, de autoria da deputada Angela Águida Portella, que requer a retificação da data da Sessão Especial para entrega

de Comenda de Orgulho de Roraima referente ao Decreto Legislativo n. 73/2023, que realizasse em nova data quando seja dia 6/12/2023 às 9h; Requerimento n. 116/2023, de autoria do deputado Marcinho Belota, que requer a realização de audiência pública no Plenário Noêmia Bastos Amazonas, no dia 30/11/2023, na forma especificada; Memo n. 100/2023, de autoria do deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na sessão ordinária do dia 14 de novembro do decorrente ano.

Era o que constava do expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Temos três deputados online, deputado Eder Lourinho, deputado Jorge Everton e deputado Marcos Jorge.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – Senhor presidente, não há oradores inscritos.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo oradores inscritos, passamos para Ordem do Dia. Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda a verificação de quórum para Ordem do Dia.

O Senhor Primeiro-Secretário **Armando Neto** – Há quórum, senhor presidente.

Passamos para **Ordem do Dia**: discussão e votação, em turno único, as seguintes proposições: 01 - Projeto de Lei n. 28/2023, que “dispõe sobre a equiparação do lúpus eritematoso sistêmico às deficiências físicas e intelectuais, para os efeitos jurídicos e dá outras providências”, de autoria do deputado Jorge Everton; 02 - Projeto de Lei n. 58/2023, que “dispõe sobre o prazo de validade de laudo e perícia médica que atestam deficiências de caráter permanente no âmbito do estado de Roraima”, de autoria do deputado Marcelo Cabral; 03 - Projeto de Lei n. 130/2023, que “estabelece direitos às mulheres que venham a sofrer perda gestacional e neonatal em estabelecimentos de saúde do estado de Roraima”, de autoria do deputado Dr. Meton; 04 - Pedido de Informação n. 37/2023, que “requer que informe a esta Casa de Leis quais ações têm sido realizadas a fim de regularizar o fornecimento de medicações para os pacientes que utilizam os serviços do Centro de Atenção Psicossocial no município de Rorainópolis-RR”, de autoria da deputada Tayla Peres; 05 - Pedido de Informação n. 42/2023, que “requer a diretora-presidente do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima - Iteraima, informações no tocante à situação atual, da tramitação do processo de regularização fundiária da requerente: Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar do estado de Roraima – AAFERR”, de autoria da deputada Angela Portella; 06 - Requerimento n. 115/2023, que “requer a retificação da data da Sessão Especial, para entrega da Comenda Orgulho de Roraima, referente ao decreto de n. 73/2023, a realizar-se em nova data, qual seja, dia 06 de dezembro de 2023, às 9h”, de autoria da deputada Angela Portella; 07 - Moção de Aplausos nº 41/2023, “em homenagem ao Dia da Bíblia, a ser comemorado no dia 10 de dezembro de 2023”, de autoria do deputado Isamar Júnior; 08 - Pedido de Informação n. 047/2023, que “requer que seja solicitado da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração - Segad, informações bem como documentação que comprovem a regularidade dos repasses às instituições bancárias dos valores referentes aos empréstimos consignados já descontados dos vencimentos dos servidores públicos”, de autoria do deputado Jorge Everton; 09 - Pedido de Informação n. 048/2023, que “requer que seja solicitada à Secretaria de Estado da Educação e Desporto - SEED cópia integral dos processos de aquisição de livros paradidáticos realizados em 2022”, de autoria do deputado Jorge Everton; 10 - Requerimento n. 117/2023, “requer o adiamento de discussão Pedido de Informação n. 048/2023”, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; 11 - Pedido de Informação n. 049/2023, que “requer que seja solicitado da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação - Seadi, os seguintes documentos: Cópia integral de todos os processos referentes as contratações - aquisições para a realização da 42ª Expoferr; Cópia integral da documentação enviada ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima - TCE-RR, referente a realização da 42ª Expoferr”, de autoria do deputado Jorge Everton; 12 - Requerimento n. 118/2023, que “requer adiamento de discussão Pedido de Informação n. 049/2023”, de autoria da deputada Aurelina Medeiros (aprovado); 13 - Pedido de Informação n. 050/2023, que “requer que sejam solicitados ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima - TCE/RR os documentos listados”, de autoria do deputado Jorge Everton; 14 - Requerimento n. 119/2023, que “requer adiamento de discussão de Pedido de Informação n. 050/2023”, de autoria da deputada Aurelina Medeiros (aprovado); 15 - Pedido de Informação n. 051/2023, que “requer que sejam solicitados ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima - TCE/RR os documentos listados”, de autoria do deputado Jorge Everton. 16 - Requerimento n. 120/2023, que “requer adiamento de discussão Pedido

de Informação n. 051/2023”, de autoria da deputada Aurelina Medeiros (aprovado); 17 - Pedido de Informação n. 052/2023, que “requer que seja solicitado da Secretaria de Estado da Cultura - Scult, cópia integral dos processos referentes a realização do São João no Parque Anauá do ano de 2023, inclusive, o processo de contratação do instituto IBRAS”, de autoria do deputado Jorge Everton; 18 - Requerimento n. 121/2023, que “requer adiamento de discussão do Pedido de Informação n. 052/2023”, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; 20 - Pedido de Informação n. 053/2023, que “requer no prazo de 10 dias contados do recebimento deste ofício, os esclarecimentos nele citado; 21 - Requerimento n. 122/2023, que “requer adiamento de discussão Pedido de Informação n. 053/2023”, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; 22 - Pedido de Informação n. 054/2023, que “requer que sejam encaminhados ao senhor secretário de Agricultura, Desenvolvimento e Inovação, Márcio Grangeiro, os questionamentos listados”, de autoria do deputado Armando Neto; 23 - Requerimento n. 123/2023, que “requer adiamento de discussão Pedido de Informação n. 054/2023”, de autoria da deputada Aurelina Medeiros (aprovado); Requerimento n. 116/2023, que “requer a realização de Audiência Pública no Plenário Noêmia Bastos Amazonas no dia 30 de novembro de 2023, na forma que especifica”, de autoria do deputado Marcinho Belota.

Solicito ao senhor primeiro-secretário proceder a leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 028/2023, de autoria do deputado Jorge Everton.

O Senhor Primeiro-Secretário Deputado **Armando Neto** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 028/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo nenhum deputado que queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por encerrada a votação. Por 21 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o projeto de lei 028/2023, de autoria do deputado Jorge Everton.

Solicito ao senhor primeiro-secretário proceder a leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 058/2023, de autoria do deputado Marcelo Cabral.

O Senhor Primeiro-Secretário Deputado **Armando Neto** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 058/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito à abertura do Painel para a votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, a liderança encaminha voto sim.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, o Republicanos encaminha voto sim.

Dou por encerrada a votação. Por 21 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 058/2023, de autoria do deputado Marcelo Cabral.

Solicito ao senhor primeiro-secretário proceder a leitura de parecer e voto ao Projeto de Lei n. 130/2023, de autoria do deputado Dr. Meton.

O Senhor Primeiro-Secretário Deputado **Armando Neto** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 130/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco a matéria em discussão.

O Senhor Deputado **Dr. Meton** – Presidente e demais colegas, esse PL é muito importante, ele busca determinar que as unidades de saúde do nosso estado, reservem dentro de suas enfermarias espaços estruturais para aquelas mulheres que tenham perdido seus filhos, sejam nascidos sem vida, que são os natimortos, ou aqueles que venham a falecer logo após o parto, ou ainda quando ocorre um aborto espontâneo. Ele determina que as unidades de saúde tenham um espaço específico para dar todo apoio a essas mães, tanto o apoio psicológico como todo o acompanhamento necessário para as mães que passam por essa situação. Então, eu peço aqui, o apoio dos nobres colegas e das nossas nobres deputadas. Obrigado, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito à abertura do Painel para a votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, o Republicanos encaminha voto sim.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dou por encerrada a votação. Por 22 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado Projeto de Lei n. 130/2023, de autoria do deputado Dr. Meton.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura de Pedido de Informação n. 037/2023, de autoria da deputada Tayla Peres.

O Senhor Primeiro-Secretário Deputado **Jorge Everton** – (Lido o Pedido de Informação n. 037/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir a matéria, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade o Pedido de Informação n. 037/2023, de autoria da deputada Tayla Peres.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura de Pedido de Informação n. 042/2023, de autoria da deputada Angela Águida Portella.

O Senhor Primeiro-Secretário Deputado **Jorge Everton** – (Lido o Pedido de Informação n. 042/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir a matéria, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade, o Pedido de Informação n. 042/2023, de autoria da deputada Angela Águida Portella.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura de Requerimento n. 115/2023, de autoria da deputada Angela Águida Portella.

O Senhor Primeiro-Secretário Deputado **Jorge Everton** – (Lido o Requerimento n. 115/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir a matéria, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade, o Requerimento n. 115/2023, de autoria da deputada Angela Águida Portella.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Gostaria de pedir inclusão na Ordem do Dia, de seis Pedidos de Informação que estou dando entrada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputado Jorge Everton, solicita inclusão para Ordem do Dia de seis Pedidos de Informação n.º 47,48, 49, 50, 51, 52, a Mesa recepciona os Pedidos de Informação, vou dar devida publicidade dos requerimentos se houver consenso entre os deputados votamos os pedidos ou transferimos para Ordem do Dia seguinte.

Deputado Jorge, vou dar sequência na Ordem do Dia, conforme divulgado de maneira previa como foi divulgada com antecedência e seguida submeto ao plenário os Pedidos de Informação.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura de Moção de Aplausos n. 041/2023, de autoria do deputado Isamar Júnior.

O Senhor Primeiro-Secretário Deputado **Jorge Everton** – (Lido a Moção de Aplausos n. 041/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco a matéria em discussão.

O Senhor Deputado **Isamar Júnior** – Nós vamos fazer uma Sessão Solene no dia 10 de dezembro aqui, conforme foi votado na semana passada, e eu incluí essa Moção de Aplausos a SBB – Sociedade Bíblica, e estar em mais de 200 países e o presidente vai estar aqui na solenidade do Dia da Bíblia, e estou requerendo nessa Moção de Aplausos para entregarmos para o Presidente da SBB, e os demais pastores, líderes religiosos que estarão aqui no plenário. Peço aos nobres colegas que acatem essa Moção de Aplausos.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a Moção de Aplausos. Não havendo mais nenhum deputado que queira discutir, coloco em votação. A votação será simbólica, os deputados que concordarem com a Moção de Aplausos, permaneçam como estão.

Dou por aprovada por unanimidade a Moção de Aplausos n. 41/2023, de autoria do deputado Isamar Júnior.

Senhores deputados encerramos a Ordem do Dia, conforme previamente divulgado com exceção do Projeto de Lei Complementar n.º 15/23 de autoria do Tribunal de Justiça, que não se encontra apto para votação por falta de deliberação das comissões que, reitero as comissões que deliberem e tragam o quanto antes para votarmos a matéria.

Temos seis Pedidos de Informação na Mesa, apresentados pelo deputado Jorge Everton.

Solicito à senhora segunda-secretária que faça leitura dos Pedidos de Informação e em seguida, deliberamos se votamos hoje ou transferimos para Ordem do Dia de amanhã.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Os Pedidos já foram lidos?
O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não! Vão ser lidos agora, para dar o devido conhecimento aos senhores deputados.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Quero aproveitar e protocolar, um requerimento de Pedido de Informação.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – V. Exa. quer incluir na Ordem do Dia? Por gentileza, traga a Mesa que darei o mesmo tratamento.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Está bom, obrigado.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** – Questão De ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Concedida, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** - Senhor Presidente, gostaria que fosse alterada a data do Requerimento n. 116/23 para o dia 30 de dezembro, retificar essa data que seria na próxima quinta-feira, dia 30 de novembro.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputado, traga o Requerimento n.116/23 para Mesa para deliberarmos.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** – Obrigado presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputado Renato, vou só pedir para que numere seu requerimento e em seguida faça a leitura dele.

Lembrando que os Pedidos de Informação na inclusão da Ordem do Dia, se dá mediante autorização do Presidente da Mesa, conforme o Regimento no seu artigo 194. Vou dar ciência aos Pedidos de Informação ora apresentados pelos deputados: Jorge Everton, Renato Silva e Marcinho Belota, em seguida, submeto ao plenário se deliberamos na Sessão de hoje ou jogamos para Ordem do Dia da próxima Sessão, conforme prevê o Regimento nº 194.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, Pedido de Informação é prerrogativa de todos os deputados, entretanto, ao final da Ordem do Dia, diversos requerimentos com esse objetivo, sugiro que passamos para Ordem do Dia de amanhã para que possamos analisar melhor os requerimentos para que cada deputado possa votar com entendimento, esse é o encaminhamento que nós fazemos.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – Presidente, tudo bem que nós temos Regimento, mas nós sempre fomos muito flexíveis aqui, com relação a essas questões. Entendo que é um direito de cada parlamentar e que não poderia passar para Ordem do Dia de amanhã, já que vai consultar o plenário e fazer isso agora. Obrigada.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, a fala do deputado Chagas, influência no entendimento do parlamento. Nós já votamos projeto de lei, agora um pedido de informação.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Eu não coloquei em discussão, só pedi para fazer a leitura e em seguida abro a discussão.

Solicito à senhora segunda-secretária que faça a leitura dos requerimentos de autoria dos deputados: Jorge Everton, Renato Silva e Marcinho Belota.

Solicito a superintendência que traga à Mesa o requerimento solicitado pelo deputado Marcinho Belota.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lidos os Pedidos de Informação n. 47/23; 48/23; 49/23; 50/23; 51/23; 52/23; 116/23).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputada Aurelina tem mais um Requerimento de Pedido de Informação n. 054/23, de autoria do deputado Armando Neto.

Solicito a senhora segunda-secretária proceder à leitura do Requerimento n. 054/23.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lido o Requerimento n. 054/23).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito à Senhora Segunda-Secretária proceder à leitura do Pedido de Informação n. 053/23, de autoria deputado Renato Silva.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lido o Pedido de Informação n. 053/23).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Senhores deputados, foram apresentados 09 Requerimentos de Pedidos de Informação a essa Mesa para incluir na Ordem do Dia, foi dado ciência do teor de todos os requerimentos e como é prática desta Mesa acatar durante todo esse ano que passou, os requerimentos ora apresentados pelos deputados. E, nunca houve por parte da Mesa nenhuma objeção, seja qualquer matéria ou qual foi o momento que os senhores deputados apresentaram o requerimento de acordo com a necessidade da urgência entendida pelos senhores deputados. E, nesse sentido, é exclusivo da presidência acatar os requerimentos e incluí-los na Ordem do Dia, os 09 requerimentos lidos pela segunda-secretária. E, vou colocar em discussão todos os requerimentos e será deliberado um por um, assim também, como qualquer deputado que queira usar do Regimento para pedir vista, adiamento de votação, é um direito do deputado.

Sendo assim, acato os requerimentos conforme o artigo 194. Vou colocar em discussão e votação com a devida discussão, com a votação nominal e eletrônica para dar o direito e oportunidade de o deputado divergir caso não concorde com o requerimento.

Solicito a Senhora segunda-secretária que proceda à leitura do Pedido de Informação n. 047/23.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Questão de ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Concedida, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Senhor presidente, os requerimentos acabaram de ser lidos, todos prestaram atenção. Solicito que V. Exa. coloque em bloco para votarmos.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputado Gabriel, são requerimentos com teor diferente, não vejo sentido votarmos em bloco, até porque pode ter um ou outro voto divergente é a oportunidade de o deputado divergir.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Quero aproveitar que está ao vivo, o líder do governo está pedindo para os deputados se retirarem, deputado Lucas e deputada Catarina já se retiraram. Acho que é uma pouca vergonha para nosso parlamento, o deputado está pedindo informação do governo, qual o intuito impedir que um parlamentar faça um pedido de informação? Temos que rasgar nosso diploma.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Eu discordo da fala do deputado Renato, é um direito, inclusive, entre as obstruções está o direito de esvaziar o plenário, não vejo nenhum ato antidemocrático, solicito a leitura do requerimento.

O Senhor Deputado **Renato Silva** - Não estou questionando nenhum direito não, só queria deixar registrado, aqui.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas**- Questão de ordem, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Concedida, deputado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Esta Casa nunca vai se furar de delibera nenhuma matéria, entretanto, ao final da Ordem do Dia foram mais de 8 requerimentos, deputados ainda nem conseguiram analisar direito para colocar em deliberação. A Ordem do Dia, ela é preparada conforme o nosso Regimento Interno com 24 horas de antecedência e se nós em toda Sessão nos permitimos fazer isso, fica difícil fazer um debate bem aprofundado em cada matéria como o próprio presidente está solicitando para fazer a leitura. A nossa solicitação é que nós possamos deixar para deliberar amanhã, o que é 24 horas a mais ou a menos? Mas, os deputados vão ter condições de analisar cada um dos requerimentos e seguindo o Regimento Interno é essa nossa solicitação, o deputado Renato Silva, que é o vice-líder do governo, deve, com certeza, entender bem o que nós estamos falando.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Senhores deputados, só para esclarecer, a pauta do dia é dada ciência com 24 horas de antecedência e como não ocorreu a devida divulgação com antecedência é também exclusividade do presidente desta Casa acatar os requerimentos de matéria na Ordem do Dia, isso também está no Regimento. É costume desta Casa, senhores deputados, nós já votamos, já acatamos vários pedidos de requerimentos, de projeto, de moção durante a tramitação da matéria. Então, isso é prática desta Casa, assim como também tem dispositivo no Regimento, se outro deputado não se sentir confortável para votar a matéria lançará mão do Regimento para pedir adiamento de votação, pedir vista, adiamento de discussão, eu estou, aqui, simplesmente cumprindo o Regimento.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Mas, caso se retire da Sessão tem que dar falta, ele que vote contra.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Eu não vou, deputado Renato, eu estou com a palavra para esclarecer aos demais deputados. Eu não vou retirar o direito dos demais deputados de fazer uma discussão, querer incluir na Ordem do Dia uma matéria que é legítima, então quero só esclarecer isso. Será respeitado o espaço democrático, o direito de discussão, o direito de vista, assim como também estou respeitando o direito do deputado Marcinho Belota, o deputado Renato Silva, do deputado Armando Neto e do deputado Jorge Everton, apresentar um requerimento durante a Ordem do Dia, que tem previsão legal também Então, solicito a leitura do requerimento. Pela ordem, deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Olha, não quero criar nenhum constrangimento presidente, eu apresentei em Mesa, porque como o deputado Renato, bem falou, isso a gente tem visto até projeto de lei ser apresentado de última hora, e os meus seis pedidos de informação são para esclarecer denúncias que são de conhecimento público que é notório se vai votar hoje, se vai votar amanhã, essas informações têm que vir para esta Casa, lembrando que regimentalmente nós temos que readequar o nosso

Regimento a decisão recente do STF, onde diz que é obrigação, prestar informação, não só a um parlamentar, mas a toda pessoa que requerer com base na lei de informação, isso é um desrespeito à lei autorizar ou não um pedido de informação de um parlamentar, isso não pode nem existir no nosso Regimento, de praxe deve ser lido e, imediatamente, encaminhado, só por respeito a gente apresenta a Casa, porque se eu quiser eu apresento direto na secretaria e a secretaria não pode se negar.

Então, eu acho uma polêmica desnecessária. E, mais se for para constranger os colegas, eu não me incomodo que leiam amanhã não, vai ser lido hoje ou amanhã, vai ser votado hoje ou amanhã e vai ser uma obrigação do estado prestar a informação, até mesmo porque virou um estado de contradição, em um dia pede empréstimo no outro gasta milhões com Wesley Safadão. Então, a gente tem que entender o que esse estado está vivendo, se é crise ou é bonança. Então, precisamos apurar essas irregularidades que estão na mídia.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Pela ordem, deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Gente, está todo mundo certo e eu não vejo razão para nenhuma polêmica. O requerimento foi apresentado, o presidente recebeu, a gente começou dizendo que vamos ler para dar conhecimento a todos do teor dos requerimentos, deputado Jorge Everton, está certo, deputado Renatinho é um direito do deputado, o governo tem que responder ou quem quer que seja. Mas, diante da polêmica e do volume de informações que foi feito aqui, eu queria pedir ao presidente o adiamento da votação dos requerimentos, podendo ser feito amanhã, para que todos tenham a oportunidade de avaliar seu voto, avaliar, votar do jeito que quiser. É como disse o Jorge Everton, é um direito do deputado, é obrigação de todos, apenas estou pedindo adiamento da votação para amanhã, para que a gente possa ter um conhecimento melhor para não dizer que as coisas chegaram de última hora, obrigada senhor presidente.

O Senhor Deputado **Renato Silva** - Presidente, o senhor já aceitou o requerimento, o que eu quero questionar aqui é o absurdo dessa discussão, não é a legalidade disso, até porque como o deputado Jorge falou, se a gente quer pedir alguma informação a gente pode pedir direito da secretaria, não precisa passar em plenário. Então, dizer que tem que analisar nosso pedido de informação, pelo amor de Deus, fazer essa cena aqui de levantar do plenário para ir à sala vip para não votar. Olha, eu sou base do governo, eu nunca saí do plenário para deixar de votar alguma matéria sendo contra ou favor.

Agora, parlamentar vestir esse papel de sair da Sessão porque o outro parlamentar pediu informação ao governo do estado, é brincadeira. Nós estamos falando de contratos feitos de 640 milhões na Seinf, sem pregão eletrônico, sem um ping de transparência, o que eu estou questionando é o absurdo que esta Casa vive hoje, nós não viramos a carroceria do palácio não, nós viramos um chiqueiro do palácio, é brincadeira isso.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Senhor deputado, vou dar sequência lembrando que essa presidência já acatou a inclusão na Ordem do Dia dos nove pedidos de informação, vou fazer a leitura e colocar em discussão. Havendo a discussão como eu já falei, o deputado tem direito de pedir adiamento de discussão, adiamento de votação, conforme prevê o nosso Regimento.

Então, quero respeitar aqui o direito de todos os deputados, daquele que fez o pedido de informação como também daquele que queira discutir o pedido de informação, que queria pedir vista, adiamento. Vou respeitar o Regimento e esta Casa é uma Casa democrática e prevalece a vontade da maioria. Então, lembrando que o pedido de adiamento de votação, até para não haver interpretação com má vontade desta Mesa, é feito por escrito de acordo com o Regimento. Então, se alguém, como a deputada Aurelina já se antecedeu que pedirá adiamento de discussão, que não cabe nesse momento, é durante a discussão, que faça por escrito para gente não contrariar o Regimento. Então, solicito a segunda-secretária, que faça a leitura do Requerimento de Pedido de Informação n. 047/2023, de autoria do deputado Jorge Everton.

A Senhora Segunda -Secretária **Aurelina Medeiros** - (Lido o Pedido de Informação n. 047/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Coloco em discussão a matéria. Não havendo nenhum deputado que discutir, coloco em votação. Pelo debate acalorado, não vou me permitir que a votação seja de forma simbólica e sim de forma nominal. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** - Encaminhamento de voto presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Encaminhamento de voto, deputado Marcos Jorge, líder dos Republicanos.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** - Os Republicanos, tendo conhecimento, inclusive, pelo período que passei na Sefaz, que o governador Antônio Denarium, colocou em dia todos os consignados atrasados da gestão anterior, e vem pagando em dia com interesse de que todos os servidores que eventualmente estejam sendo prejudicados pelas instituições bancárias sejam defendidos por esta Casa, encaminha o voto “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - O líder dos Republicanos encaminha o voto “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Continua em votação.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Pedido de Informação n. 047/2023.

Solicito a senhora segunda-secretária proceder à leitura do Pedido de Informação n. 048/2023.

Pela ordem, deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Eu estou pedindo nos termos do artigo 196, inciso VIII, combinado com o artigo 224, do Regimento Interno, o adiamento de discussão dos requerimentos nºs. 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** - Mas já abriu a votação?

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Não, não abriu a votação, eu ainda nem li o requerimento, deputada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Deputada, Aurelina, acato o requerimento de Vossa Excelência, com a seguinte observação, os requerimentos estão sendo votados de maneira individualizada e o adiamento de votação e discussão se dará após a leitura da matéria. Então, quando eu colocar em discussão, Vossa Excelência apresenta o requerimento daquele requerimento em tela, ou quando tiver em votação V. Exa. apresenta o requerimento diretamente da votação daquele requerimento, individual, de cada um dessa forma.

Então, solicito a leitura do Requerimento de Pedido de Informação n. 048/2023, de autoria do deputado Jorge Everton.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** - (Lido o Pedido de Informação n. 048/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** - Senhor presidente, apresento o requerimento de minha autoria, pedindo o adiamento da discussão do requerimento.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - A deputada Aurelina Medeiros, conforme o artigo 196, desta Casa, inciso VIII, combinado com o artigo 224, solicita o adiamento de discussão. Então, antes de liberar o Requerimento n. 048/2023, coloco em discussão o Requerimento de n.117, da deputada Aurelina Medeiros, se há ou não adiamento da discussão da matéria, solicito a leitura do requerimento.

O Senhor Deputado **Renato Silva** - Presidente, questão de ordem!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Deixe-me só terminar de ler o requerimento.

O Senhor Deputado **Renato Silva** - Não, mas vai influenciar bastante isso, presidente o senhor já aceitou, se entrou mais algum requerimento, tudo bem, vale ressaltar o que ela está protocolando agora, mas o senhor já leu e disse que aceitava os requerimentos, não cabe mais discussão.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Deixe-me só esclarecer a V. Exa., o Requerimento n. 048/2023, já foi lido, foi dado ciência, já foi lido está em discussão nesse momento, durante a discussão de acordo com o artigo 196, a deputada Aurelina, apresentou um requerimento de adiamento de discussão, um requerimento por escrito, que quem delibera é o plenário. Então, estou nesse momento, submetendo ao plenário, conforme o nosso Regimento, o requerimento da deputada Aurelina Medeiros, Requerimento de n. 117, do qual a mesma solicita adiamento de discussão, com relação ao Requerimento de Pedido de Informação n. 048/2023, V. Exa. entendeu o requerimento da deputada Aurelina?

O Senhor Deputado **Renato Silva** - Entendi e discordo, presidente, V. Exa. já aceitou colocar na Ordem do Dia, não cabe mais nenhum requerimento.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Uma coisa é uma coisa, deputado Renato, outra coisa é outra coisa, só esclarecer a V. Exa.

O Senhor Deputado **Renato Silva** - Adiamento da discussão? Então, a gente vota, sem discutir, então.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Adiamento de discussão, tem previsão no nosso Regimento. Então, em discussão o Requerimento n.117/2023, da deputada Aurelina. Não havendo quem queira discutir,

coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados concedem o pedido a deputada Aurelina Medeiros, do adiamento de discussão, com referência ao Requerimento n. 048/2023, do deputado Jorge Everton, alguma dúvida? Se Vossas Excelências concordarem com o pedido de adiamento de discussão da deputada Aurelina Medeiros, é retirado da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Renato Silva** - Mas qual é o motivo?

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Conforme o Regimento e voltará na Sessão seguinte.

O Senhor Deputado **Renato Silva** - Mas, por qual motivo presidente? Se há quórum qualificado aqui, quero saber o motivo.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Deputado Renato, é um direito de todos os deputados, inclusive, de V. Exa., pedir adiamento de discussão da matéria ou adiamento de votação da matéria, isso está previsto em nosso Regimento.

O Senhor Deputado **Renato Silva** - Está bom presidente!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Alguém que queira discutir o requerimento da deputada Aurelina Medeiros? Não havendo mais quem queira discutir, em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados adiam a discussão; votando “não”, os deputados dão sequência a votação do requerimento do deputado Jorge Everton.

Solicito à abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Renato Silva** - Justificativa de voto. Eu vou votar não presidente. Senhor presidente, só vamos guardar esse dia aqui, vamos guardar bem gravado, deputado Jorge, vamos gravar esse dia aqui, quando forem botar projeto de lei aqui de última hora, presta bem atenção, que isso aqui está sendo gravado. Eu entendo o seu interesse, mas pelo amor de Deus, não vote contra. Se abstenha, é menos feio.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - O deputado Renato Silva quer rasgar o Regimento, ele quer acabar com o requerimento de adiamento de discussão, adiamento de votação. V. Exa. está fazendo de conta que não conhece o Regimento. É possível fazer. Senhor presidente, a orientação é de voto “sim”, ao requerimento da deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Votando “sim”, os deputados acatam o requerimento da deputada Aurelina Medeiros; votando “não”, os deputados rejeitam o requerimento da deputada Aurelina Medeiros. Em votação.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** - Presidente, gostaria de pedir orientação de voto do líder do governo.

O senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Como orienta o líder do governo?

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Já encaminhei voto sim, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Líder do governo orienta sim.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Justificativa de voto, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Justificativa de voto deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Presidente, sinceramente o que eu estou presenciando aqui é uma aberração constitucional, nosso direito de pedir informação está previsto em lei. Eu não sei o que o governo tem a esconder, se somos nós quem fazemos a fiscalização dos atos, os órgãos de controle têm direito a acesso, a toda a documentação. Isso aqui está sendo vergonhoso para a Casa.

Então, eu peço aos colegas que revejam a sua posição, a gente só quer ter direito à informação, por isso, eu estou votando dessa forma. Respeito o direito constitucional da deputada Aurelina Medeiros, tenho um carinho muito grande por ela. Mas, a gente só quer ter acesso aos documentos, que tem que ser público, esse governo não pode ser uma caixa preta, não é à toa que hoje foi referendada a cassação do governador, porque ele acha que pode fazer tudo nesse estado, não é assim gente, nós precisamos ter acesso aos documentos. Por isso, eu votei não ao requerimento e eu peço aos colegas que revejam o seu voto.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Senhor presidente, justificativa de voto.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Justificativa de voto deputado Coronel Chagas. Peço ao deputado ao fazer justificativa de voto, que atenha a matéria que está sendo votada.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Senhor presidente, o autor do requerimento, ele alega que está havendo uma aberração, na verdade, esse é o processo legislativo, respeitamos, um é ligado ao outro deputado, V. Exa. falou, eu escutei, silêncio.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Solicito ao deputado Jorge Everton, que respeite a fala do deputado Coronel Chagas. Justificativa de voto.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Respeitamos os requerimentos que foram protocolados, V. Exa. acatou, mas é regimental que se possa pedir adiamento de discussão, e depois pedir de votação, senão rasgaremos o nosso Regimento. A base do governo não é contra, apenas apresentar em cima da hora, no final da Ordem do Dia, sem que os deputados tomem conhecimento do inteiro teor do requerimento, para que possam ter a convicção do voto. É apenas isso, qual é a diferença que vai fazer para o autor do requerimento e isso ser deliberado hoje, ou na sessão plenária de amanhã? O que nós estamos solicitando é apenas que se transfira para a Ordem do Dia de amanhã essa matéria, esse é o objeto do requerimento da deputada Aurelina.

E ademais, após o adiamento da discussão, ela pode pedir adiamento de votação, isso faz parte do Regimento, é assim que é o processo democrático. E, é assim que é o processo legislativo previsto em nosso Regimento. Então, a gente estranha quando, no afã de se conseguir um objetivo, de se fazer o que se pretende, dizer que estamos rasgando a Constituição, que isso é uma aberração. Eu, acho que tem que respeitar todos os instrumentos que existem no Regimento Interno.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Mais uma vez, senhores deputados, acatar o requerimento apresentado ora pelos deputados, tem previsão regimental, cabe ao presidente e tem por prática desta Casa, deputada Angela, acatarmos a inclusão na Ordem do Dia, durante a Ordem do Dia de várias matérias, projeto de lei, de inversão de pauta, de moção de aplauso, de requerimento, isso é prática desta Casa.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Senhor presidente, eu quero um requerimento para suspender o requerimento da deputada Aurelina Medeiros. Pronto. Vou suspender a discussão da deputada Aurelina.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputado Renato, o presidente está com a palavra. Então, quero dizer aos senhores deputados, que é prática desta Casa e, é regimental. Os requerimentos foram acatados pelo presidente desta Casa para serem incluídos na Ordem do Dia, é legítimo que qualquer deputado queira discutir a matéria, pedir adiamento de discussão, adiamento de votação, eu vou cumprir estritamente o Regimento desta Casa. E, cabe a essa Casa, decidir por maioria sobre os requerimentos ora discutidos.

Então, eu peço calma aos senhores deputados e se precisarem de assessoria por parte da superintendência legislativa para orientar no tocante ao Regimento, nada que está sendo discutido aqui, está sendo alheio ou estranho, é simplesmente o que está colocado no nosso Regimento. Então, inclusive, a justificativa de voto é previsão regimental, a justificativa de voto fala muito claro em nosso Regimento, discutir as razões pelos quais você está votando, e não trazer matéria alheia na sua justificativa de voto. Então, eu peço aos senhores deputados, que respeitem, inclusive, os 2 minutos, que é o tempo regimental para que justifique o voto.

Justificativa de voto deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu só estou me pronunciando porque perguntaram por que? Porque aqui é uma Casa Legislativa onde as pessoas, cada um de nós votamos aquilo que entendemos que é o correto. Nós ficamos aqui todos os dias, o que me causa estranheza, que me fez pedir o adiamento é a coisa aparecer aqui de última hora, sempre é assim, porque não foi colocado aqui para os deputados tomarem conhecimento e definirem, sempre parece uma coisa estranha para mim, eu não sei se é porque eu sempre mostro a cara em tudo o que faço. E as coisas chegam aqui, sem estar na Ordem do Dia, usando a prerrogativa que o presidente tem de aceitar ou não, e aos deputados não é dado o direito de conhecer, só de votar. Eu, voto onde eu quero, ninguém me amarra, eu não sou funcionário de ninguém, só do povo que me elegeu, mas a minha justificativa é essa. São matérias importantes, são coisas importantes que foram apresentadas aqui, deputado Jorge, deputado Renato, coisas que se quer eu sabia, eu preciso saber para poder votar, coisas que algumas eu ouvi pelas redes sociais, mas tem coisa aqui, requerimento do Renato eu nem ouvi falar.

Eu só quero conhecer para ter a liberdade de votar, para não parecer uma coisa de goela abaixo. Porque, sempre aqui é assim, quando as coisas não são para levar a sério, parece que chega de última hora. Era essa a minha justificativa, e assim sendo, como eu vou pedir adiamento de discussão em todas, é melhor que eu vá para a sala vip, para não ter que pedir. Obrigada.

O Senhor Deputado **Lucas Souza** – Justificativa de voto senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Justificativa de voto, deputado Lucas Souza.

O Senhor Deputado **Lucas Souza** – Presidente, quando um requerimento é apresentado aqui, ele é apresentado por um autor, mas quando ele é aprovado, ele vira um requerimento de todos os deputados estaduais, ele vira um requerimento da Assembleia Legislativa. E, por

esse motivo e pela forma que V. Exa., às vezes, trata aqui o parlamento de empurrar de última hora os projetos, que eu me ausentei. Mas, deixar claro para o Renato aqui que citou meu nome, deputado Renato, gosto demais do Renato, mas meu mandato quem cuida sou eu, existe um negócio chamado obstrução. Obstrução o deputado pode levantar-se, ele pode ir lá para a sala vip, ele pode ir para o banheiro, ele pode virar de costas, ele pode fazer o mecanismo que ele quiser para obstruir uma pauta, pode ser feito.

E o ato de eu levantar e me recusar a votar um projeto, colocando a minha opinião sobre um projeto, eu nunca ofendi, eu me dou bem com o deputado Jorge, que já teve as suas desavenças com o governo, me dou bem com o Idazio, que está aqui do meu lado, nunca ofendi e nunca questioneei o voto de nenhum dos senhores deputados e não quero que V. Exa. queira ser o tutor do meu mandato porque o meu mandato pertence ao povo de Roraima, foram 4.0591 votos que acreditaram em mim. Obrigado presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Justificativa de voto senhora deputada Angela Águia Portella.

A Senhora Deputada **Angela Águia Portella** – Na verdade, eu estou bem impressionada com o que nós estamos vivenciando hoje, é vergonha para nós. Mas, enfim, nós sempre falamos de liberdade, de direitos, de garantias de direitos. Olha o que nós estamos fazendo aqui hoje, nós falamos uma coisa e fazemos outra.

Eu tenho maior carinho e respeito pela deputada Aurelina, mas ela disse que essa discussão aqui não é transparente, tem algo mais transparente do que está acontecendo aqui hoje? Está sendo documentado, votado, discutido, televisionado. Outro dia, eu estava conversando com o nosso governador Antônio Denarium e ele me disse uma coisa muito interessante e me fez, inclusive, um convite a reflexão: “Ele disse que nós deputados, temos a obrigação de sermos guardiões do dinheiro público, ele disse para mim. Ele disse, deputada, eu sou executivo, mas eu sou um guardião do dinheiro público. Vocês parlamentares têm que fazer isso todos os dias, até porque é função da Assembleia Legislativa”. E, é exatamente o que está sendo posto aqui hoje e está virando essa polêmica toda. Mas, enfim, eu quero justificar meu voto no sentido de que eu não concordo com o cerceamento.

É um direito do parlamentar, espero que a gente possa concluir essa votação, essa sessão de uma forma mais tranquila e vamos ao final da nossa Ordem do Dia. Obrigada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Justificativa de voto, mais algum deputado?

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, eu fui citado, regimentalmente, eu tenho direito a resposta.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputado Renato, eu não vi nenhuma ofensa na citação.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Mas, eu fui citado senhor Presidente, eu quero o meu direito de falar.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não vi nenhuma ofensa do deputado Lucas Souza com relação a V. Exa., a decisão cabe a mim. Só esclarecendo ao deputado Lucas, a obstrução é um processo democrático, mas ela tem que ser declarada pelo líder do bloco, líder do partido ou do governo, conforme prevê o nosso Regimento.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Eu fui acusado pelo deputado Lucas de querer mandar no mandato dele, quem manda no mandato dele é a mãe lá no Setrabes, que foi usado no governo e que tentaram de tudo. Eu tenho direito a palavra, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – V. Exa. não foi ofendido na sua honra e nem no mandato. Eu quero que V. Exa. cite o artigo e diga onde o deputado Lucas lhe ofendeu por gentileza. Liga o microfone do deputado Lucas. Deputado Renato, a palavra está comigo, eu quero que V. Exa. cite o artigo onde solicita o direito de defesa e exatamente aonde o deputado Lucas lhe ofendeu na sua honra e no seu mandato.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, eu quero responder ao deputado Lucas, que eu não mando no mandato dele, eu nunca falei isso aqui, eu só relatei o que estava acontecendo em Plenário. Eu nunca independente de qual lado eu esteja, governo ou Assembleia não interessa, não interessa se é base ou não é, isso é uma vergonha.

Eu nunca votei contra um pedido de informação de qualquer parlamentar, pode ser meu inimigo aqui dentro, eu nunca votei contra isso é uma vergonha. Nós temos que guardar essa gravação desse dia, nós temos que guardar isso, o resto do nosso mandato, é uma vergonha o que está acontecendo aqui na Assembleia hoje.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dou por encerrada a votação. Por 10 votos “sim”, 10 votos “não” e nenhuma abstenção. Havendo um empate, no Regimento Interno, no artigo 23, fala que em caso de empate cabe o voto de minerva ao senhor deputado presidente da Casa.

Senhores deputados, eu voto contra e apesar que votei, contra o requerimento da deputada Aurelina Medeiros no tocante a tramitar a

matéria normal, de forma natural, os requerimentos ora apresentados. Mas, entendo também o direito do deputado de fazer o adiamento de discussão para ter o devido conhecimento da matéria, sendo assim, profiro o meu voto de desempate acatando o requerimento da deputada Aurelina Medeiros.

A matéria já foi lida e discutida e vai retornar para votação na sessão seguinte, aliás a matéria volta na sessão seguinte para dar início a discussão do Requerimento n.048/2023, deputada Aurelina, devolva a matéria de acordo com o Regimento desta Casa para Ordem do Dia da sessão seguinte.

Solicito a senhora segunda-secretária que proceda a leitura do Pedido de Informação n. 049/2023, de autoria do deputado Jorge Everton.

A Senhora Segunda Secretária **Aurelina Medeiros-** (Lido o Pedido de Informação n. 049/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio-** Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros-** Estou entregando, como eu disse é até repetitivo, mas a gente já esboçou desde o início o adiamento da discussão e votação de todos esses requerimentos para amanhã. Então, também protocolando a V. Exa., o adiamento de discussão.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio-** Acato o requerimento de adiamento de discussão da matéria proferido pela deputada Aurelina Medeiros.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda a leitura do Requerimento n. 118/2023, da deputada Aurelina Medeiros que solicita o adiamento da discussão da matéria.

O Senhor Primeiro-Secretário Deputado **Jorge Everton-** (Lido o Requerimento n. 118/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio-** Coloco o em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados acatam o requerimento da deputada Aurelina Medeiros, concedendo a mesma o adiamento de discussão do requerimento do deputado Jorge Everton; votando “não”, os deputados rejeitam o requerimento da deputada Aurelina Medeiros.

Nós estamos votando o requerimento de adiamento de discussão da matéria.

Solicito à abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Encaminho para o voto sim, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O senhor deputado Coronel Chagas orienta pelo voto sim, acatando o requerimento da deputada Aurelina Medeiros para adiar a matéria. Só lembrando que o art. 224 do nosso Regimento diz que o adiamento de discussão ocorre por um prazo não superior a 5 dias, só esclarecendo aos interessados.

Dou por encerrado a votação. Por 10 votos “sim”, 8 votos “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Requerimento n. 118/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

Senhores deputados, estou mudando meu voto porque entendo que é um direito do deputado apresentar um requerimento na Ordem do Dia, durante a tramitação, é um direito do deputado discutir a matéria, é um direito e um dever do deputado ter acesso às informações e, é um direito do deputado pedir adiamento de discussão e de votação.

Esta presidência busca dar maior transparência e respeitar a vontade da maioria e as prerrogativas dos senhores deputados. É um direito do deputado Jorge, do deputado Renato, deputado Marcinho, deputado Armando requerer qualquer pedido de informação, assim também, como é direito da deputada Aurelina Medeiros, e de qualquer outro deputado pedir adiamento de discussão e pedir adiamento de votação. Então, a nossa ideia aqui é dar maior transparência na discussão da matéria.

Solicito a senhora segunda-secretária que proceda à leitura do Pedido de Informação n. 050/2023, de autoria do deputado Jorge Everton.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lido o Pedido de Informação nº 050/2023).

O senhor presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor presidente, temos um novo requerimento pedindo o adiamento de discussão pelas mesmas justificativas para que a gente possa analisar melhor os pedidos de informação para a sessão de amanhã.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – A deputada Aurelina Medeiros apresenta um requerimento de pedido de adiamento de discussão do Pedido de Informação n. 050/2023. Então, temos que primeiro deliberar o requerimento de adiamento de discussão da deputada Aurelina Medeiros.

Solicito ao senhor primeiro-secretário proceder à leitura do Requerimento n. 119/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lido o Requerimento n. 119/2023).

O senhor presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados concordam com o adiamento da discussão; votando “não”, rejeitam-no.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente está em votação um novo requerimento da deputada Aurelina?

O senhor presidente **Soldado Sampaio** – Sim. O Requerimento de pedido de adiamento de discussão n. 119/2023, referente ao Requerimento de Pedido de Informação n. 050/2023.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, gostaria que fossem lidos todos os requerimentos de adiamento de discussão, para que a gente possa evoluir, porque todos os requerimentos de Pedido de Informação, vão ter um requerimento de adiamento de discussão. Então, acredito que ganharemos tempo.

O senhor presidente **Soldado Sampaio** – Deputado Chagas, vou indeferir o requerimento verbal de V. Exa., haja vista, que são requerimentos diferentes, com teor diferente e autores diferentes. E, tem voto divergente sendo manifestado pelos senhores deputados. Então, ficaria ruim de fazer uma decisão coletiva a todos os requerimentos. Então, peço paciência aos senhores deputados. Mas, é o que prevê o nosso Regimento e ainda temos tempo suficiente para deliberar todos os requerimentos com a devida discussão.

Dou por encerrado a votação. Por 10 votos “sim”, 9 votos “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Requerimento de pedido de adiamento de discussão n. 119/23, de autoria da deputada Aurelina.

Solicito ao senhora segunda-secretária que proceda a leitura do Pedido de Informação n. 051/2023.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lido o Pedido de Informação n. 051/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Da mesma forma, senhor presidente, temos um requerimento pedindo o adiamento de discussão do referido requerimento.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – A deputada Aurelina Medeiros apresenta um requerimento de pedido de adiamento de discussão do Pedido de Informação n. 051/2023. Então, temos que primeiro deliberar o requerimento de adiamento de discussão da deputada Aurelina Medeiros.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento de adiamento de discussão n. 120/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lido o Requerimento n. 120/2023).

O senhor presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando sim, concorda com o adiamento da discussão; votando não, o rejeitam-no.

Dou por encerrado a votação. Por 10 votos “sim”, 9 votos “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Requerimento de pedido de adiamento de discussão n. 119/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

Solicito a senhora segunda-secretária que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação n. 052/2023, de autoria do deputado Jorge Everton.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lido o Pedido de Informação n.052/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Presidente, como os demais, apresento o pedido de adiamento de votação.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Suspendo a discussão e acato o Requerimento n. 121/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 121/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lido o Requerimento n.121/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** –Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim” os deputados acatam o requerimento da deputada Aurelina Medeiros; votando “não”, os deputados rejeitam-no.

Dou por encerrada a votação. Por 10 votos “sim”, 9 votos “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Requerimento n. 121/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

Solicito ao senhor primeiro-secretário proceder à leitura de Pedido de Informação n.053/2023, de autoria do deputado Renato Silva.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lido o Pedido de Informação n.053/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Para discutir deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, algo simples, não é? Pedido de informação.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – A palavra está com o deputado Renato Silva, logo em seguida deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Quero apresentar o pedido de adiamento, como os demais, para que todos sejam votados, em bloco, amanhã diante da discussão, como a gente fez com os demais, de autoria do deputado Jorge Everton. E, esse de autoria do deputado Renato que tem as mesmas questões para que a gente tenha um conhecimento melhor sobre o que estamos votando. Então, também um pedido de adiamento de discussão.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Acato o requerimento de V. Exa., mas eu já tinha concedido a discussão ao deputado Renato Silva, que fará a discussão. Logo após, a discussão do deputado Renato Silva, suspendo a discussão. A deputada Aurelina só apresentou o requerimento após o deputado Renato Silva. O Deputado Renato Silva tinha pedido discussão da matéria, logo após, suspendo a discussão para deliberar o requerimento da deputada Aurelina Medeiros. Com a palavra, para discutir, deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, algo simples, um pedido de informação que é direito de qualquer cidadão. A nós cabe o dever de solicitar Pedido de informação de um processo de seiscentos e quarenta milhões, que eu já venho acompanhando há muito tempo, já venho solicitando informações há muito tempo, já reuni a Comissão de Obras há muito tempo para tratar disso. E, hoje, estou trazendo a Plenário porque me causa estranheza um processo de quase um bilhão de reais para apenas 3 empresas, e a forma que foram feitas as licitações não está tendo licitações no pregão eletrônico, respeitando a publicidade, a fiscalização, tanto desse Parlamento quanto da população, é esse o meu questionamento, esses processos podem estar 100% corretos, mas nós precisamos acompanhar, é nosso dever acompanhar.

Hoje está tendo aqui, a tentativa de obstrução de uma votação que é nosso dever um pedido de informação, olha em 5 anos como parlamentar, eu nunca votei contra nenhum requerimento de nenhum parlamentar aqui. Presidente, eu já quero fazer verbalmente o requerimento de cópia integral desse vídeo dessa sessão, porque está lembrando quando a gente votou e, eu apresentei um projeto no orçamento para dar um aumento de 10% no salário do Executivo, a maioria votou contra, quando eu fui atrás da gravação não tinha mais. Eu quero essa gravação de hoje para lembrar aos parlamentares que estão votando contra cada parlamentar aqui. Não vamos esquecer disso nunca. Isso é vergonhoso para esta Casa, é vergonhoso para cada parlamentar querer dificultar que outro parlamentar, o outro colega de trabalho tenha acesso a uma informação.

Olha, eu achava, eu conheço o secretário Edilson, eu esperava não achar nenhum absurdo não, mas hoje passa, na minha cabeça, que deva ter algum absurdo nesse processo. Se eu estava com alguma desconfiança desse pleito, de como foi feito esse processo, hoje eu tenho certeza da minha desconfiança, porque é um absurdo o que está acontecendo aqui hoje, presidente. Obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Mediante a apresentação do requerimento da deputada Aurelina pedindo o adiamento de discussão e já alertando ao deputado Renato Silva que ele já discutiu, não voltará mais a discutir essa matéria, porque V. Exa. já fez uso das prerrogativas do nosso Regimento. Tenho que deliberar o requerimento ora apresentado pela deputada Aurelina Medeiros.

De antemão, eu autorizo cópia integral, dessa Sessão, ao deputado Renato Silva conforme solicitação e gostaria que V. Exa. me formalizasse qual Sessão, qual data se foi na nossa gestão a ausência dessa filmagem, dessa Sessão que V. Exa. citou, agora há pouco, que não teve acesso às informações que eu quero mandar apurar até porque toda a deliberação desta Casa é de conhecimento público, é transmitida ao vivo pela TV Assembleia e pelas redes sociais.

Então, eu suspendo a discussão até deliberar o requerimento da deputada Aurelina Medeiros.

Solicito ao senhor primeiro-secretário proceder à leitura do Requerimento n.122/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lido o Requerimento n.122/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A

votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os deputados acatam o requerimento da deputada Aurelina Medeiros que adia a discussão da matéria; votando “não”, rejeitam-no.

Solicito à abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – O Líder do governo encaminha pelo voto sim.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Senhores deputados, ainda temos dois requerimentos um de autoria do deputado Armando Neto e outro do deputado Marcinho Belota.

Dou por encerrada a votação. Por 10 votos “sim”, 9 votos “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Requerimento n. 122/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

Solicito ao Primeiro-Secretário que faça a leitura do Pedido de Informação n.054/2023, de autoria do deputado Armando Neto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lido o Pedido de Informação n.054/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Vou abrir a discussão para o deputado Armando Neto e, logo em seguida, já dou por recebido o requerimento da deputada Aurelina Medeiros que solicita o adiamento da discussão, haja vista, que o deputado Armando Neto solicitou o pedido de discussão antes da deputada Aurelina apresentar seu requerimento. Com a palavra o deputado Armando Neto para discutir a matéria por até 5 minutos.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Senhor presidente, quero chamar a atenção, nesse momento oportuno que estamos aqui nesta sessão turbulenta, que é uma vergonha para esta Casa, nós estarmos tentando ceifar, com muitas atitudes, muitos votos, muitas falas o direito de cada parlamentar. Quando eu entrei nesta Casa, há pouco mais de 11 meses, eu tive a oportunidade de ter uma fala com a presidência desta Casa, momento em que o senhor nos referiu a fala, a palavra aos nobres novos deputados, eleitos pela vontade do povo, que nós tínhamos todo e qualquer direito de exercer o nosso papel como fiscal do erário. E, isso não é o que eu estou vendo hoje aqui. O Pedido de informação é o mínimo que um parlamentar eleito pelo povo, fiscal do erário, tem direito para desempenhar a sua função.

Outrora, nós aprovamos um financiamento, um crédito suplementar ao governo para que o mesmo possa continuar fazendo os trabalhos devido e dar sustentabilidade a sua gestão, autorizamos o governo a receber esse crédito. E, hoje, nós estamos sendo usurpados de fazer o nosso papel, que é fiscalizar o dinheiro público, esse requerimento, de minha autoria, assim como dos demais colegas que estão no mesmo momento que eu, é o mínimo que nós podemos pedir desta Casa, nós temos autonomia de fazer o nosso papel. Aqui, eu me considero e sou da base do governo mas faço o meu papel como parlamentar, com muito respeito ao erário e muita responsabilidade com os cidadãos do estado de Roraima. Aqui, eu não sou babá de governo, aqui eu não tenho o direito de virar as costas para a sociedade, aqui, nesta minha fala como deputado, eu estou querendo apenas, senhor presidente, fazer o meu papel de fiscal do erário e com esta fala eu justifico e discuto o meu pedido de informação. E, eu peço aos nobres pares que se atentem e não usurpem o direito de cada parlamentar de fazer sua legislatura, seu papel como fiscal do erário.

Esta Casa já teve momentos mais sinceros, momentos mais acolhedores, momentos de mais parceria em prol do povo e hoje nós estamos divididos aqui, quase pela metade, muita das vezes deixando na mão do presidente para discutir se a votação entra em pauta ou sai de pauta. Nós somos um parlamento sério, um parlamento que tem obrigação de saber para onde vai o dinheiro público, ninguém aqui está querendo bater em governo porque se quiséssemos fazer isso nós não tínhamos dado a oportunidade para o governo ter um crédito para investir na infraestrutura desse estado, nós temos o direito e a obrigação de saber para onde o recurso público vai.

Essa é a minha fala, eu quero concluir pedindo aos nobres pares, a colaboração e a paciência para deixar esse parlamento fazer realmente o seu papel. Agradeço a oportunidade, muito obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor presidente, estou entregando o requerimento e gostaria de justificar.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O deputado Armando Neto se inscreveu para discutir a matéria antes do requerimento ser apresentado pela deputada Aurelina Medeiros, suspendo a discussão do Pedido de Informação n.054/2023 para deliberação do Requerimento n. 123/2023, da deputada Aurelina, que solicita adiamento de discussão.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 123/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lido o Requerimento n. 123/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Para discutir, a autora do requerimento, deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor presidente, não sei nem se é discutir, eu queria dizer que aqui não se está usurpando direito de ninguém, o direito do deputado de pedir informação é dele, foi pedido, o direito de pedir adiamento é meu. E, foi pedido, então não tem usurpação de competência. Amanhã, pode ser que eu esteja votando a favor de todos esses requerimentos, o meu direito é de conhecer no que eu estou votando, esse é o meu direito, saber.

Por que não chegou aqui no horário normal da sessão? Por que chegou depois? Não, não estava no horário normal, e por uma exceção regimental. O presidente acolheu e está certo, nós estamos discutindo. Agora, bater em governo é um direito de cada um, quem quiser bater que bata, e meu direito de bater ou não é meu. Aprovar empréstimo, cada um aprovou ou não aprovou do jeito que quis, é um entendimento de cada um, do mesmo jeito que apresentar requerimento, apresentar pedido de informação, eu nunca me oponho aqui nem nunca me opus a ser contra projeto de ninguém, apenas um direito que a gente tem. E, de repente, é um monte e toda a vida, aqui, se aprovou requerimento fora da Ordem do Dia, mas essa é uma matéria maior e a gente precisa tomar mais conhecimento, amanhã a gente vota e eu posso está votando a favor, em todos, não sei, eu só quero ter o direito de conhecer. Obrigada presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Para discutir, deputado Armando Neto.

O Senhor Deputado **Armando Neto** – Quem quiser bater no governo que bata, é um direito meu como de qualquer parlamentar, eu não estou batendo no governo, eu só estou fazendo meu papel.

A senhora deputada tem todo direito de colocar o seu requerimento em pauta, da mesma forma que o direito me assiste, a decisão é do presidente, esse é um direito que nos assiste, agora eu não posso é virar as costas e ver neste governo pregão presencial em registro de preço podendo ser eletrônico, porque nós temos tempo hábil para isso, eu não posso ver a transparência de um pregão eletrônico que abre uma ampla concorrência e respeita a maior parte de todas as legislações, dando maior transparência, o menor preço, o melhor serviço prestado para um chamamento público, isso não entra na minha cabeça, isso se trata de dinheiro público, isso tem que ter transparência. E, é por isso que eu justifico o meu voto “Não” e antecipo ele, mais uma vez, ao requerimento de V. Exa.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O próximo inscrito é o deputado Renato Silva.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor presidente, o teor do requerimento do deputado Armando Neto é o mesmo conteúdo do requerimento do deputado Jorge e Everton. Então, se nós não aprovamos o dele e deixamos para amanhã, então vamos deixar esse também, é o mesmo.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feita a Questão de Ordem pela deputada Aurelina Medeiros. Para discutir o requerimento n. 123/2023, que trata do adiamento de discussão, com a palavra deputado Renato Silva, por até 3 minutos.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Presidente, o que está sendo discutido aqui não é bater em A e B, pelo amor de Deus, vocês ainda não entenderam essa discussão? Duas horas que nós estamos discutindo aqui, e o que está sendo discutido é a prerrogativa de cada parlamentar. O pedido de informação é apenas um direito de cada cidadão, nós não estamos questionando aqui quem é base, quem deixa de ser base, ao contrário, estamos colocando suspeitas nesses processos, essa defesa aqui, absurda, de querer cassar o direito de um parlamentar de pedir informação.

Olha, como o deputado Armando Neto falou agora há pouco, nós estivemos, inclusive, na Secretaria de CPL, no mês passado, se a gente fosse falar aqui sobre o que cada processo está trazendo, uma indagação a cada parlamentar, só que a gente vai pedindo informação, vai buscar na secretaria, quando é esclarecido, acaba ali, agora alguns fatos não estão sendo esclarecidos.

Foram 50 milhões num processo para comprar garrote, novilha de até 300 kg, e o kg está saindo, cada novilha, dezesseis mil reais, praticamente, por uma novilha de 300 kg, esse é um dos processos. Nós fomos pedir informação de um processo de mais de seiscentos milhões, que não foi feito pregão eletrônico, por que não foi feito pregão eletrônico?

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputado Renato Silva, se atenha ao requerimento n. 123/2023, de adiamento de discussão.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Mas, tem tudo a ver, presidente, infelizmente tem, porque o requerimento é para cassar o direito de um parlamentar de pedir essa informação. E, eu estou dizendo aqui qual é a informação, presidente.

Presidente, para encerrar minha fala, eu quero falar aos parlamentares aqui, aos que votaram “não” ao requerimento da deputada

Aurelina: Parabéns! Vocês são vencedores hoje, contra o sistema! Nós saímos daqui empatados e perdendo por um voto. Contra o sistema! E ninguém aqui está criticando a pessoa, batendo na pessoa, nós simplesmente pedimos informação, foi uma vitória que eu vi aqui no plenário hoje. Parabéns, é disso que esta Casa precisa.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Votando “sim” os deputados acatam o requerimento da deputada Aurelina Medeiros pelo adiamento da discussão da matéria; votando “não”, rejeitam-no.

Solicito à abertura do painel para votação.

O líder do governo encaminha voto sim.

Dou por encerrada a votação. Por 10 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Requerimento n. 123/2023, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

Solicito ao senhor primeiro-secretário proceder à leitura do Requerimento n. 116/2023, de autoria dos deputados Marcinho Belota, deputado Rárisson e Chico Mozart.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – (Lido o Requerimento n. 116/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Há algum pedido de adiamento de votação? Não há. Pergunto se é consenso votar de forma simbólica o requerimento do deputado Marcinho Belota? Então, sendo consenso de todos votarmos de forma simbólica. Em votação, os deputados que acatam o requerimento do deputado Marcinho Belota, deputado Rárisson e Chico Mozart, permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade, o Requerimento n. 116/2023, de autoria dos deputados Marcinho Belota, deputado Rárisson e Chico Mozart.

Expediente de Explicações Pessoais.

Para o uso do Expediente, deputado Marcinho Belota, logo em seguida, estou inscrito também para o uso de explicações pessoais.

O Senhor Deputado **Marcinho Belota** - Obrigado presidente. Acho que essa foi uma das sessões de maior discussão aqui dentro né? deputado Renato. Mas, eu acho muito importante um debate saudável. E, eu vejo, deputado Armando, articulação de alguns deputados aqui dentro. Muitos estão de parabéns. Muito articulados. E, deputado Renato, infelizmente, a gente tem que ter o desprazer de conviver com alguns deputados aqui nesta Casa. Porque é vergonhoso o que a gente vê aqui. Mas, eu tenho um prazer muito grande de conviver com alguns deputados aqui, de todas as terça, quarta e quinta poder cumprimentar, dar um abraço. Mas, tem outros deputados que a gente tem vergonha. E, eu me sinto envergonhado. Acho que é por isso que eu prefiro andar com cachorro, com gato, com bicho.

Eu concordo e discordo em algumas situações aqui nesta Casa. Mas hoje foi vergonhoso. Eu não sei o que é ser base do governo. Eu acho que nós somos uma sub-base do governo. Existe a base, a sub-base e os relés, né? Jogam lá para baixo. Nós não estamos discordando do governo. Pelo contrário, nós estamos apenas pedindo informações, mas até isso, deputado Renato, nós fomos impedidos. Então, quero agradecer presidente Sampaio pela oportunidade de falar um pouquinho aqui das minhas explicações, mas só reiterar que conviver com alguns deputados aqui é vergonhoso.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Eu quero comunicar os senhores deputados, parabenizar o governo do estado pela excelente Expoferr, eu estive lá por várias vezes a noite. A noite que eu não fui, eu estive durante o dia e está de parabéns todo o setor produtivo de Roraima, a classe empresarial, o governo do estado na pessoa do Márcio Grangeiro, do governador Antônio Denarium, uma excelente festa que ultrapassou os muros de Roraima. Tivemos a presença de representantes da Guiana, Venezuela, Barbados, Suriname foram transmitido para o Brasil todos os nossos leilões. A noite chegava a mais de cem mil pessoas acompanhando as exposições, os shows de artistas locais, artistas nacionais. Então, é isso que Roraima precisa. A gente tem que pensar grande, pensar alto.

Então, é claro que é natural da oposição discordar, criticar a exposição. Mas, eu acho que quem critica a exposição no sentido da importância da exposição em si para o fortalecimento da economia do estado, para projetar Roraima, para atrair investimento, eu acho que está torcendo contra Roraima. Então, eu não torço contra Roraima, sempre dei total apoio, incentivei o governo do estado a fazer essa Expoferr e tantas outras que vir, eu só vejo o estado ganhando. Eu sei que isso tem um custo muito alto. Houve muitas denúncias, Tribunal de Contas se movimentou, esta Casa também como poder que tem o dever de fiscalizar, é legítimo os deputados se posicionarem e cobrar explicações, essa é a essência do parlamentar e, é dever nosso apurar.

Eu acho que o próprio governo terá muito mais tranquilidade após a apuração do Tribunal de Contas, desta Casa de qualquer órgão de

controle que venha apurar um outro indício de irregularidade. Eu não vejo nenhuma fala de nenhum deputado, nenhum posicionamento como ato de oposição ou que queira manchar a tão linda festa que foi a Expoferr.

Parabéns ao governo do estado, parabéns ao governador Antônio Denarium, ao Márcio, a toda equipe, setor primário, Iteraima, Femarh, a Desenvolve estava lá emprestando dinheiro; a Aderr, a Comunicação do governo, ou seja, todos envolvidos nesse processo, em especial a classe empresarial do setor primário que mostraram para que veio e ficou muito mais claro para todos que Roraima está numa nova fase de desenvolvimento.

Então, foi válido, assim como também, deputado Renato, deputado Armando, deputada Jorge, é dever e, é válido do Tribunal de Contas, do Ministério Público, desta Casa apurar. Se houver algum indício, eu acho que essa, inclusive, é uma vontade do governo do estado, que esta Casa ou qualquer outro órgão de controle apure até para não manchar essa bela festa que foi a Expoferr.

Então, parabéns, fiquei muito feliz pela Expoferr, estive presente e sou incentivador da Expoferr, quantas outras virão, só peço ao governo que tome mais cautela na hora de fazer essa contratação e evite fazer de forma emergencial. Essa é minha fala. O próximo inscrito para fazer o uso das Explicações Pessoais é o deputado Renato Silva, logo em seguida, o deputado Lucas Souza e deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Deputado **Renato Silva** - Só uma comunicação para os parlamentares aqui que haverá uma reunião agora da Comissão de Obras para tratar desses assuntos, pedido de informação, que eu posso deliberar por lá. E, lá eu sou o presidente. Então, temos outros processos que estamos averiguando. Principalmente: Hospital de Pacaraima, faz um processo de quase seiscentos milhões, mas a obra está parada há quase 2 anos por falta de recursos, um município de fronteira, que não tinha delegacia, que foi feita com o meu recurso de 2019. E, que hoje, está sem hospital.

Então, o que nós temos que entender e que nós queremos fazer é o nosso trabalho. E, eu nunca vou apoiar, independentemente de qualquer base ou oposição, como V. Exa. citou aí, fiscalizar é o nosso papel, e todas as vezes que isso for colocado como dificuldade por alguns colegas parlamentares, eu vou ser contra, porque hoje, eu estou me sentindo muito feliz, perdemos para o requerimento que adiou para amanhã a votação, se der quórum, porque a coisa mais difícil nesta Casa é dar quórum para ter trabalho. Então, eu estou feliz hoje pelos colegas que se posicionaram e foram firmes; E, esse é o nosso trabalho, aqui não tem que ser puxadinho de nenhum secretário do governador. Se o governador quiser levar para o pessoal, o problema é dele, são dois trabalhos, esticar a corda e ela arrebentar, aí o problema é pior.

O Senhor Deputado **Lucas Souza** – Explicações Pessoais senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Explicações Pessoais, deputado Lucas Souza.

O Senhor Deputado **Lucas Souza** – Presidente, primeiro eu queria parabenizar os nossos irmãos argentinos, por terem participado de mais um processo democrático, ter eleito Javier Milei, que aqui nós acompanhamos do Brasil. E, temos aqui, a nossa Comissão do Mercosul. A Argentina, ela está nesse trâmite novamente de aproximação das relações do Mercosul. Então, parabenizar primeiramente a Argentina e desejar que, o país volte a se reerguer e volte a ser um parceiro estratégico para o Brasil, nessa parte sempre de relações comerciais, principalmente voltados para a indústria automotiva, que nós precisamos sempre dos nossos parceiros fortalecidos, a nível federal, a nível Brasil.

E, anunciar duas coisas importantes: Uma, é que tem um projeto meu tramitando aqui na Casa, é algo do arraiá que nós vimos muito na Expoferr e, em outros eventos que acontecerão, que é a questão dos “flanelinhas”, é uma reclamação muito grande, às vezes, quando alguém pega um terreno baldio, passa uma fita e cobra 30 reais, 20 reais, 15 reais, sem nenhum tipo de regulamentação para estacionar o carro. E, às vezes, nós acabamos pagando, não é nem para cuidar do veículo, é para a pessoa não arrancar, não furar o pneu.

Então, eu protocolei nesta Casa e já está em tramitação um projeto que procura regulamentar a atividade de guardador autônomo de veículos. Existe até questionamentos, se cabe ao deputado estadual fazer isso? Bom, é uma provocação que estou fazendo para ver se nós conseguimos chegar nesse entendimento. E, não sofrer com constrangimentos, com medo do nosso veículo acabar sendo depredado, alguma coisa do tipo, por não termos o dinheiro para pagar na hora uma pessoa que passou a fita em um terreno baldio, em um terreno público e cobrar para estacionarmos.

A outra questão que é muito importante, eu fui aluno da UERR, meu pai é professor da UERR, tenho ligações profundas com essa instituição. E, eu vou começar uma discussão agora, vou aproveitar que vai ter uma troca de gestão do reitor, para propor o restaurante universitário para a UERR. Eu, acredito que é uma política importantíssima para os alunos, para os professores, discentes e docentes da UERR. É uma forma de

conseguir ainda segurar e combater essa evasão universitária, que acontece por muitas vezes, o aluno não ter condições de ficar na universidade de manhã, de tarde ou a noite. Até por falta de recurso financeiro, falta alimentação, e eu tenho certeza, assim como foi um ganho muito grande para a Universidade Federal um restaurante universitário, vai ser um ganho muito grande também para a Universidade Estadual ter um restaurante universitário em suas dependências. E, vou propor isso para a deputada Catarina, que é a presidente da Comissão de Orçamento, para a deputada Aurelina e para os demais deputados. Que, nós possamos em debate, também com a equipe acadêmica, com a gestão da UERR, que nós possamos chegar a um entendimento, e que ano que vem, nós possamos implementar um restaurante universitário nas dependências da Universidade Estadual de Roraima. No mais tenho dito presidente. Obrigado pela oportunidade.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Continua em aberto o expediente de Explicações Pessoais. Explicações, deputada Aurelina Medeiros e logo em seguida, a deputada Catarina Guerra.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor presidente, eu só queria fazer uma fala, os meninos já saíram. Mas, eu ouvi coisas aqui do tipo, que eu tenho, não sei qual foi a palavra, mas era parecido como: eu me sinto mal, ou tenho vergonha de ser deputado. Eu não tenho não, eu tenho orgulho dessa turma nova, orgulho do sangue novo que chega aqui, só que precisa aprender, estudar, e aqui não é escola, aqui tem que chegar sabendo, porque aqui a gente decide a vida das pessoas, aqui não é o lugar para se alvarar de coisa nenhuma, aqui é um lugar de muita responsabilidade.

É claro que eu sei, e sempre soube da função do parlamento, talvez muitos não saibam, não é fazer projeto, não é legislar sobre aquilo que não é sua competência, é realmente fiscalizar. Mas, fiscalizar a partir do orçamento que a gente aprova, é muito fácil eu estar aqui cobrando do governo a reforma da escola, construção do hospital daquilo que eu não aprovei no orçamento, recurso não cai do céu. Então, aqui não é escola não, aqui é um lugar que a gente chega sabendo e tem que atuar com muita responsabilidade. E como eu disse: a nossa função, a única, legislar é muito pouco, é fiscalizar. Mas, fiscalizar o orçamento que a gente aprova, ou recurso que vem de fora. Ontem, às vezes, eu evito de falar aqui, mas fui lá no Cantá, lá na Santa Rita e me deparei com o governo federal fazendo estrada, revestindo asfalto onde não tem um buraco. Qual a função do deputado estadual, cada um cumpra a sua, e essa é a nossa. É bem-vinda, a gente aprende muito com os meninos que estão aqui, tem o Jorge que também, claro que é nossa função a gente procurar saber, mas vamos fazer isso sem querer puxar para gente nenhum holofote. Aqui não é lugar para isso, holofote a gente pinta de branco reluzente e sai na rua de noite, que aí todo mundo vê, mas aqui é diferente, aqui é responsabilidade.

O deputado Jorge, sempre tem esse posicionamento, não é nada de diferente, você sempre foi um cara que chega, pede informação. Hoje, o que a gente pediu, foi oportunidade de discutir isso, mas ele nem questionou, amanhã nós podemos está votando tudo aqui. Então, ser deputado é difícil, é muito difícil, é tão difícil que dificilmente uma pessoa passa aqui 10, 12 anos. Geralmente, as pessoas vêm aqui, de passagem, porque não é fácil. Eu digo muito, é renunciar à sua vida e viver à vida dos outros, e isso nem todo mundo está disposto a fazer. Obrigada presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Explicações Pessoais, deputada Catarina Guerra.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Obrigado presidente, quero me somar com a fala da deputada Aurelina, e dizer que é muito difícil sim, mas em nenhum momento eu me vi envergonhada desde o primeiro dia aqui dentro desse parlamento. O motivo que a gente vivenciou hoje é de alegria, porque isso sim é a condição do parlamento, é a função que a gente tem que exercer que é debater aqui dentro. E ser comparada com qualquer outro animal que merece todo o nosso respeito, é considerado sim ofensivo.

Dizer aos colegas que, nós aqui deputados, temos muitos que são exemplos de postura, de respeito e de caráter, da qual eu me orgulho e não me envergonho de nenhum colega meu. Então, que a gente tenha essa consideração e respeito acima de tudo, acima de qualquer embate e de qualquer debate. É para isso que o parlamento funciona, de nada adiantaria se a gente estivesse aqui para somente concordar. Então, eu quero deixar registrado aqui essa situação que a gente debateu, com respeito e com transparência acima de tudo.

E, também finalizar presidente, falando que a Escolegis, está com cursos abertos na modalidade EAD, vamos iniciar dia 23, para garantir uma renda extra no final do ano, onde diversas opções em mais de 25 cursos, vão ser ofertados. Em, quero deixar aqui, o convite para que nossos alunos, nosso os assessores que compartilham da Casa, possam fazer as suas inscrições, garantir e escolher dentre os 25 cursos existentes, para garantir essa capacitação no fim do ano. É isso presidente, obrigada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Mais algum deputado, para fazer uso das Explicações Pessoais?

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Catarina, parabéns, querida. Obrigada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Só a título de informação, a presidente da Comissão de Orçamento e relatora, está convocando uma reunião para amanhã, com os membros permanentes da Comissão de Orçamento, com a Comissão Mista e os demais deputados, uma reunião para tratar do orçamento, será apenas uma apresentação técnica da proposta orçamentária que veio para esta Casa. Então, fica o convite, solicito ao cerimonial e a superintendência legislativa que espessa um ofício, comunicando e dando ciência aos deputados, para amanhã às 16h na sala da presidência, que os deputados possam ter conhecimento. É, apenas uma apresentação técnica da proposta, da peça orçamentária.

E também, conversando com a relatora, com o presidente da Comissão de Orçamento, assim como fizemos na LDO, abrir um link, através do SAPL, e-mail, com telefone e WhatsApp, para que as entidades da sociedade civil organizada, o cidadão, qualquer roraimense que tenha interesse, acessar a proposta da lei orçamentária e mandar para esta Casa, sugestões direcionadas ao relator, ao presidente da Comissão de Orçamento ou qualquer outro deputado que o faça, recebemos para mais de 100 contribuições para a Lei de Diretrizes Orçamentária. E, é a oportunidade que nós estamos abrindo, uma audiência pública deputado Idazio, não tira a possibilidade de fazer uma audiência pública, mas audiência limita. Às vezes, o cidadão está no Caroebe, em Rorainópolis e não tem condições de se deslocar até o plenário desta Casa para participarem de uma audiência pública, mas ele pode lá da sua região, da sua vicinal, onde ele estiver mandar uma sugestão, uma contribuição, uma emenda, pedir prioridade por parte de um deputado, dar atenção em certos segmentos, certos temas importantes. A princípio, vamos abrir esse link, esse e-mail através do SAPL, divulgar isso com bastante publicidade, e que no decorrer da discussão, podemos fazer uma audiência pública em torno da Lei Orçamentária.

Então, a partir de amanhã, a nossa comunicação com a superintendência legislativa, colocará à disposição de todos, esse link, esse e-mail, esse aplicativo, esse WhatsApp, para receber as contribuições com relação a Lei Orçamentária que está sendo discutida.

E, não havendo mais nada a tratar, às doze horas e cinquenta e cinco minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia vinte e dois de novembro, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Angela Águida Portella, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dr. Cláudio Cirurgião, Dr. Meton, Eder Lourinho, Gabriel Picanço, Idázio da Perfil, Isamar Júnior, Joilma Teodora, Jorge Everton, Lucas Souza, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Odilon, Renato Silva, Soldado Sampaio e Tayla Peres.**

ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a quinquagésima sétima Sessão Ordinária da primeira Sessão Legislativa da nona legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Bom dia, a todos os presentes! Solicito ao primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Há quórum, senhor presidente, para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito a senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a Ata da Sessão anterior).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que concordam com a Ata da Sessão anterior, permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei n. 295/2023, de autoria do Deputado Chico Mozart, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das instalações e manutenções de circuito fechado de TV CSTV, em estabelecimentos comerciais que

prestam atendimentos domésticos, para animais domésticos no estado de Roraima”; Indicação n. 636/2023 a 640 e 642/2023, de autoria do Deputado Eder Lourinho; Indicação n. 641/2023, de autoria do Deputado Dr. Cláudio Cirurgião; Indicação n. 637/2023, de autoria do Deputado Jorge Everton; Pedido de Informação n. 55/2023, que “requer informações à Secretaria de Estado de Saúde de Roraima, sobre a realização do exame de audiometria no estado de Roraima, na forma que especifica no requerimento”, de autoria do Deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

É o expediente senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Nós temos só um orador senhor presidente, o deputado Renato Silva.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra o deputado Renato Silva, único orador escrito para o Grande Expediente por até 60 minutos.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Obrigado presidente pela oportunidade.

De antemão, me comprometo aqui de falar nesse pouquíssimo tempo que tenho de 60 minutos, expressar a minha indignação com a sessão que tivemos ontem, na Assembleia Legislativa. Uma matéria tão pequena, tão simples, como um pedido de informação se transformou no caos aqui na Assembleia.

Eu não chegarei muito longe presidente, vou citar os dois últimos fatos mais recentes que aconteceram na Assembleia, de matéria muito importante que não houve esse esforço para ter tanto debate e discussão. Eu me lembro na campanha eleitoral, no ano das eleições, quando queriam colocar, mais de setenta milhões em algumas prefeituras dos municípios do interior de forma emergencial, eu me lembro que naquele dia, eu me levantei e apenas não voltei por não concordar. Não ataquei nenhum colega que foi a favor, não ataquei nenhum colega que queria aprovar aquele processo, a liberação daquele dinheiro, de forma emergencial em uma sessão extraordinária aqui na Assembleia.

Trazendo para a atualidade presidente, vamos falar do último fato que aconteceu aqui, o empréstimo. E, antes de começar a falar presidente, eu quero dizer que eu votei a favor do empréstimo, porque os juros que foi colocado, foi muito bom, então o estado que não pegou o empréstimo foi porque ele não conseguiu.

O nosso estado, está apto para receber o empréstimo, devido a gestão, do trabalho do Executivo com o Legislativo, então independente da situação financeira do estado, o empréstimo é bem-vindo para fazer investimento.

Mas, eu fui chamado por V. Exa., sábado, um dia antes da votação do empréstimo e V. Exa. pediu para eu ir representar a Assembleia, em Brasília na Operação Acolhida e me senti honrado pela confiança e responsabilidade que V. Exa. me deu. E, no domingo, fui para Brasília. Amanheci segunda-feira em Brasília, eu não sabia que entraria em pauta na terça-feira, o empréstimo, V. Exa. não me comunicou isso e eu não tive a oportunidade de debater o empréstimo.

Mas, eu entrei em contato quando eu soube com alguns deputados na segunda-feira à tarde, eu já estava em Brasília, que o empréstimo seria votado terça-feira de manhã. E, eu tinha ido a uma missão a mando da presidência da Assembleia. E, eu não tive a oportunidade que os deputados tiveram de discutir sobre isso, descobri que era uma matéria importante, a única coisa que eu fiz foi procurar os meus colegas da Sefaz, meus colegas deputados, como Ministro Marcos Jorge, e fui entender os juros do empréstimo, se compensava a gente pegar esse empréstimo.

E, eu vi naquele momento, não tinha nem falado com o governador, mas era muito bom, a taxa de juros era muito baixa. Diferente do CDC, que eu tenho crédito, mas não pego porque o juro é muito alto. A forma como foi feita esse empréstimo para alguns estados do Brasil, que não foi só Roraima, foi uma ajuda do Governo Federal, da União, com benefícios e com juros baixíssimos que talvez não chegue nem a 12% ao ano. Então, não sou contra o empréstimo, mas eu fui impedido e não tive a oportunidade de debater com os colegas. Mas, respeitei a vontade da maioria.

V. Exa. me ligou na terça-feira pela manhã, eu estava em Brasília, no evento, V. Exa. pediu para eu entrar na Sessão online e votar no empréstimo. Eu disse: “presidente, vamos votar no empréstimo, não tem problema. Me dê só um minuto”. E, fui tirar algumas dúvidas para ver se era viável o empréstimo, mas entrei na Sessão online e votei sim, junto com os colegas.

E o que me revolta, é um pedido de informação simples, simples, que é feito aqui corriqueiramente todos os dias, todas as Sessões, muitas gentes nem acompanha os pedidos de informações, é lido tão rápido, votado tão rápido, às vezes, simbolicamente. E, ontem, foi aquele caos total.

Mais uma vez, eu peço, nada melhor que o tempo, para mostrar como as coisas funcionam, eu não vou está eternamente, V. Exa. não estará aqui eternamente, nenhum deputado estará aqui eternamente, o jogo muda, o jogo vira, às vezes, rápido; às vezes, demora um pouco. Mas, o jogo vira, uma hora vai ter minha oportunidade, uma hora vai ter a oportunidade do deputado Armando, do deputado Marcinho, do deputado Marcos Jorge, todos um dia terão a oportunidade de está nessa cadeira de presidente. E, eu digo presidente Sampaio, V. Exa. sempre tratou todos com muito respeito, muita paciência, tentando ouvir cada situação de cada parlamentar, mas ontem, nós pecamos como Legislativo, pecamos e pecamos feio como Legislativo, demos uma aula pública, gratuita, de como não fazer a democracia, foi isso q foi feito nesta Casa ontem.

Eu quero dizer aos colegas, ao deputado Chagas, no qual tenho muito respeito, lhe dizer deputado Chagas, que oficialmente eu não posso ser vice-líder do governo. Mas, eu fiquei lisonjeado pelo convite do governador e disse para ele na época, que eu montaria a base do governo independentemente da posição que eu estava, coisas que muitos líderes passaram, muitos presidentes passaram aqui na Assembleia e não conseguiram montar, talvez por falta de autonomia do governo, concordo. Mas, eu consegui montar a maior base do governo nesses cinco anos, fui eu que levei os deputados aqui, até uma hora da manhã no palácio, um por um para montar a base do governo, foi me oferecido a presidência da liderança, eu falei que não aceitava porque já tinha um colega que era e que quando ele quisesse sair não teria problema em assumir. Mas, nesse momento, eu não quero lugar de ninguém meu amigo, eu não quero lugar de ninguém meu companheiro, eu nunca precisei passar por cima de ninguém para está onde estou. Disputei duas eleições, as duas eleições sem padrinho político, a última eleição deputado Lucas, que eu montei o partido sozinho que V. Exa. veio para o meu partido e se tornou deputado, teve 4.500 votos, graças a um partido que V. Exa. não precisou se reunir nenhum dia para poder organizar.

Hoje, V. Exa é deputado pelo seu mérito, pelos votos que pediu, mas todos nós sabemos que o partido é 70% de uma eleição. E, eu sozinho por muitas vezes fazendo campanha para o governo e gente de dentro do governo tentando prejudicar a minha eleição, servidores da minha base, aliados meus perguntavam: deputado, por que você defende tanto o governo, fulano de tal do governo veio aqui e me fez uma proposta para eu sair do teu partido. Parece piada, mas aconteceu várias vezes. E, aí o governo fala: mas me fala quando acontecer isso, porque eu não sei de nada. Falar mais do que eu falo é impossível.

Agora, eu vim nesta tribuna relatar um fato que já vem me preocupando há muito tempo, eu já sentei com o governador, presidente, sobre essa questão da Secretaria de Obras, eu já sentei com o governador, na época tinham contratado duas empresas Construban e Versátil por quase quinhentos milhões. Ah, mas não tem dinheiro para fazer, contratou. Mas, é só para quando aparecer dinheiro, não tem orçamento. Contratou o serviço presencial, de forma de registro de preço e outra coisa, quem tem máquinas, empresário aqui no estado de Roraima, sabe que não vai trabalhar nesses cinco anos, nesses próximos três anos, porque um contrato de setecentos milhões já está contratado, quando entrar recurso vão usar o que já está contratado, não vão fazer licitação. Então, setecentos milhões é o dobro do orçamento que vai para a Secretaria de Obras, ou seja, nesses três anos não vamos licitar mais nada.

O empresário vai ter que ir para outro estado para licitar. Foi essa a minha indignação, eu já comuniquei o secretário de obras quando contratou duas empresas, eu falei, cara, divide isso, fraciona em vários lotes, vamos atender mais empresas, deixa o pessoal participar da licitação, vamos fazer pregão eletrônico. Agora, mais de seiscentos milhões para três empresas trabalharem, o restante dos empresários vão sair do estado, vão para Manaus, porque não vai licitar mais nada, porque todo recurso que entrar, vai dizer, já tem um processo contratado, de que forma foi feita, presencial, de juízo de preço. Então, a minha preocupação foi essa e poderia ter resolvido. Numa reunião com o governador, nós mostramos e não é levado a sério, infelizmente, só é levado a sério quando chega aqui no extremo, já ouvi falar, várias pessoas me ligaram, você tem algum problema pessoal com o secretário de obras, não tenho problema nenhum com o secretário de obras, tenho uma relação e carinho por ele. Mas, eu tenho o meu trabalho. Eu nunca pedi para o Edilson deixar de fazer o trabalho dele, eu nunca pedi para o governador deixar de fazer o trabalho dele. E, eu tenho o meu trabalho a fazer e isso eu não vou abrir mão de fazer. Nós estamos sendo nesta Casa há muito tempo compassivo a tudo que acontece, se eu fosse citar os fatos graves que aconteceram, recentemente nós tivemos três milhões e meio presos pela Polícia Federal. Nenhum político se manifestou, eu não me manifestei, então acontecem vários casos, esse é um dos fatos que eu estou citando aqui. E, aí quando a gente quer pedir um pedido de informação é proibido, nós somos vetados, nós somos perseguidos, não

meu amigo, não vamos baixar a Assembleia a esse nível, não vamos deixar baixar mais do que já baixamos, não vamos fazer isso, não podemos fazer isso, deixa o parlamentar fazer a solicitação de informação.

Olha, muitas coisas eu sou a favor e muitas vezes me desanimo de vir a tribuna até de defender por essa falta de respeito com esta Casa aqui, às vezes até o governador mostra algum respeito, mas pessoas aliadas a ele não respeitam, secretários não respeitam e tudo que o secretário faz depende desta Casa. Nós vamos votar o orçamento no final do ano, para executar todo ele em 2024, é desta Casa que vai sair o que o Detran vai usar, o que a Secretaria de Obras vai usar, o que a Secretaria de Saúde vai usar, o que Secretaria de Educação vai usar, é desta Casa aqui que vai sair. E por que nós temos que ter o papel de dublê, um papel de figurante se aqui nós somos o ator principal? Só que nós não estamos nos dando conta disso. Eu ajudei a montar uma base do governo que nesses cinco anos o governador não teve aqui dentro, não é deputado Idazio? Mas, eu ajudei montar a base e V. Exa. participou disso, não me arrependo, dar governabilidade para governo é querer que o estado cresça. Mas também, cobrar, acompanhar o trabalho ajuda o estado crescer, até a oposição ajuda o estado crescer, sabia deputada Aurelina? A senhora sabe muito tem 7 mandatos, tem anos luz de experiência a mais do que eu na vida política, então a gente executar a nossa função aqui, não é enfrentar ninguém, não é ir contra ninguém. E ao contrário, todos os deputados sem exceção de nenhum tem aprovado tudo nesse governo, talvez por não ter dificuldade em nenhuma votação, talvez ele ache que não precise respeitar esta Casa e eu volto a repetir: o Denarium, às vezes, ele dá aula de humildade, já deu para mim e já deu para vários, mas as pessoas que cercam o governador, colocam ele em problema que nem ele está respondendo agora no TRE, por causa de pessoas aliadas ao governador. Dessa forma vai perdendo um aliado, vai perdendo outro, vai perdendo mais um e o caos está acontecendo. E, a minha intenção não foi fazer populismos com a situação de ontem, eu venho aqui com uma fala de indignação, eu acredito que o governo vem acertando muito. Mas quando errar, tem que ser apontado pelos colegas e tem que ser respeitado pelos outros colegas que não concordam, isso é democracia.

Eu vi várias pessoas falando da Expoferr, do valor investido, eu sempre fiquei caladinho, escutando, eu fui na Expoferr, eu fui de dia, eu fui a tarde levar meu filho para andar de pônei. Que estrutura de qualidade, fazia tempo que eu não via uma estrutura, uma Expoferr como essa foi feita e para quem entende um pouquinho de economia, deputado Marcos Jorge, V. Exa. entende, isso é que faz gerar a economia, quantos milhões não foram arrecadados ministro. É isso que funciona na economia, a economia não é dar auxílio para as pessoas, a economia é fazer ela girar dando emprego, dando renda, lá ganhou o ambulante que vende bala, que vende sorvete, comida, grandes restaurantes, parque de diversão, ou seja, não sei o valor exato aplicado. Eu não vou falar, mas eu tenho certeza que cinco, seis, oito vezes a mais do que foi investido, foi arrecadado. Eu tenho certeza disso, mas o governo tem que ter a humildade de parabenizar esta Casa quando nós concordamos e defendemos o governo, mas também, quando nós temos o nosso ponto de vista contrário. Tudo que a gente vem defender nesta Casa, dizem: olha ele está fazendo isso, porque está com raiva daquilo. Não, eu estava em Brasília com o secretário Edilson essa semana, não tenho nenhum problema pessoal com ele, como eu falei ontem, pode ser que esses processos não tenham nada de errado. Mas, o que eu estou solicitando é que seja feito o pregão eletrônico e que dê oportunidades de mais lotes para mais empresas participarem, o que tem de errado nisso, meus colegas? Deputada Aurelina, vou te dar um aparte agora.

Aparte concedido a senhora deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado Renato, obrigado. Senhor presidente, senhores deputados, eu estava ouvindo e até rir aqui, eu acho que seu pronunciamento é um pronunciamento cheio de verdades, um desabafo do que ocorreu ontem. Mas, o que ocorreu ontem, foi uma forma democrática, dentro do exercício da democracia dentro do Legislativo. Algumas matérias aqui, como foi o caso do empréstimo, pode ser que o senhor não tenha, não estava aqui, estava em missão da Assembleia, mas nós tivemos uma reunião aqui com a presença do vice-governador nos explicando quase um dia inteiro, almoçamos aqui na Assembleia, discutindo o empréstimo, para que era? Se era oportuno? Por que o estado pegaria? Qual taxa de juros? Para onde iriam os recursos? Nós discutimos aqui.

Nós nunca tivemos problemas até porque conhecemos a função do deputado, pedir informações você está mais que certo, todos estavam certos ontem. A única coisa que eu vi é que a Assembleia não é de um é de todos, todos têm interesse em discutir aquelas questões, porque não foi como o empréstimo, como foi as outras situações que se discute aqui. É interesse de todos nós. A gente não está aqui, como V. Exa. disse, para encobrir erros, para fazer vista grossa com coisa nenhuma, não, nós queremos saber, nós também, como V. Exa., como o deputado Jorge Everton que não está aqui, nós também queremos saber é função nossa,

é obrigação nossa. Só que chegaram aqui matérias que não estavam na Ordem do Dia, nós não sabíamos para quê? Nem o por que? Nós queríamos só participar, estão aí os pedidos de informação, a gente não retornou hoje, porque estamos dentro daquele prazo de 5 dias. Mas, nós vamos retornar, vamos votar e eu disse ontem que, talvez, eu vote favorável a todos, não sei. Mas, só que precisa seguir o rito da democracia e, é esse, não é? É você ter o direito de dizer sim, tem o direito de dizer não, reconhecer, argumentar, ter essa liberdade de dizer sim ou não.

Quantas vezes a gente reclama e isso já tiveram vários problemas na Assembleia de passar coisas aqui sem você saber o que é. E, depois é tão comum a gente dizer assim: “eu nem sabia o que era, votei sem saber e ninguém me avisou”. Isso é muito comum aqui. Então, ontem, você tem razão, por exemplo, V. Exa., seu pedido de informação é pertinente, a gente sabe disso, é interesse da Casa e nós vamos votar. Apenas ontem, não foi agressão, não foi discussão, não foi quem é contra, não foi quem é a favor, isso para mim se configurou ontem, até porque eu não pedi para ninguém votar, a gente apresentou os pedidos aqui sem nenhum problema.

O que a gente queria era, de repente, chegou, fora do rito normal das Sessões da Assembleia um volume grande de pedidos de informação, acho que eram 10, a gente não sabia o por que veio? Por que chegou? Por que agora? Por que assim? E foi apenas isso, mas são matérias importantes que apresentaram, inclusive, V. Exa. está certo o que você colocou com relação ao projeto, você foi o único que colocou, está certo a gente tem que se preocupar com isso mesmo e nós vamos apreciar todos os pedidos, com toda a certeza, deputado. Era só isso.

O Senhor Deputado **Renato Silva** continua – Obrigado, deputada Aurelina. Deputado Armando Neto.

Aparte Concedido ao deputado **Armando Neto** – Obrigado, deputado. Só para somar e colaborar com seu discurso, tendo em vista que eu também me incluo, junto com o senhor e os restantes dos deputados, que fizeram parte, deste momento único, aqui na Assembleia ontem, deputado Jorge, deputado Marcinho, V. Exa. e o deputado Armando. Eu continuo dizendo e vou reafirmar que nossos direitos foram ceifados aqui ontem, a olhos nu. É um direito assistido a cada parlamentar apresentar, em Mesa e Plenário, o seu pedido de informação e cabe ao presidente acatar ou não.

Deputado Gabriel, usou a palavra e pediu para votar em bloco, pois tratava de pedido de informação, independentemente de qualquer secretaria, faz parte de um governo só. Então, nós da Casa, nós nos apeguemos aqui, muitos deputados, colegas, eu entendo que todo mundo tem o direito de fazer o Parlamento da forma que acha que deve fazer e tolhi um direito de um parlamentar, de um colega não é o melhor caminho. Aqui todos nós somos adultos, nós estamos imbuídos no mesmo propósito que é defender o direito do contribuinte, o direito do nosso estado fazer um Parlamento forte, um Parlamento firme, apresentar projetos de leis, emendas e a gente entende que quando se trata de um projeto de lei, uma emenda, que precisa de um ajuste, de um parecer jurídico, de uma observação maior e melhor porque vai atender diretamente o beneficiário, que é o estado de Roraima, que é o cidadão desse estado. Agora, quando se trata de pedido de informação, caros e nobres deputados que não concordaram com o nosso pedido de informação ontem, presidente aqui, eu tenho o maior respeito pelo senhor. O senhor tem, até então, uma postura ilibada, firme, mas não entra na minha cabeça a gente não aceitar o pedido e depois votar contra esse pedido, adiando, enfim, passou.

Mas, eu espero que, na próxima oportunidade, que os caros deputados, independente de fazer parte do governo ou não fazer parte do governo, ser uma linha independente, ser mais próximo do governo, ser um pouco mais distante, que deixem os pares, deputados, fazerem sua parte como parlamentar, como fiscal do erário desse estado. A gente está chamando aqui, nós estamos chamando a responsabilidade de fazer o nosso papel, de fiscalizar se dessa forma não for, o que estamos fazendo aqui? Se nós somos os pilares que sustenta a governabilidade de um Parlamento, o direito de um Parlamento é fiscalizar o erário e fazer projetos de leis, mas estamos sendo tolhidos. E, isso é um atraso para o estado, nós estamos nos apeguemos, não citando Câmeras de Vereadores por esse Brasil inteiro, porque eles também com suas responsabilidades e suas competências, mas aqui a gente está patinando, a gente está andando para trás, aqui a gente não pode fazer isso, a gente tem que se unir em prol do povo do estado de Roraima. Faço parte da base do governo, deputado Renato, mas antes de fazer parte de qualquer base do governo, eu tenho a obrigação de fazer meu trabalho. E, eu peço aos nobres pares, que em outra oportunidade, minha ou de qualquer parlamentar, que eu não tenha essa coragem de votar contra um pedido de informação, um pedido de vista de um amigo, ou de um parceiro.

Se o governo estiver devendo, que pague. Essa conta não é nossa e nem do contribuinte. Mas, a gente sabe da boa vontade do governo, mas nós precisamos acompanhar o trabalho que o governo faz, os contratos,

como o senhor citou agora há pouco, contrato que vai para 4 anos de mandato só colocando aditivo, só que atende a necessidade ampla e única de um governo, cadê a concorrência leal? A concorrência pública, cadê o pregão eletrônico? Que é moderno, que é concorrência franca que o governo tem condições de investir o dinheiro público com mais eficiência e com mais qualidade, selecionando a melhor empresa, o melhor serviço, o menor preço, essa que é a realidade de uma transparência. Agora, não fazer chamamento público, nós temos a Expoferr, esse foi a causa do meu pedido de informação, que ocorre uma vez por ano nesse estado, quer dizer que 1 ano, de 12 meses, de 365 dias não tem tempo hábil para fazer um pregão para ter uma transparência, esse direito é meu, senhor presidente, do deputado Renato, de qualquer deputado que se sinta na obrigação de fazer e no direito de cobrar.

Eu tenho a obrigação e o direito de pedir essa e qualquer tipo de informação. Agora, o que vai fazer um deputado atuante, coerente, respeitoso não é a idade, tempo de serviço é sua postura para com os pares, para com esse parlamento, para com o erário desse estado. Então, nós nos deparamos aqui com uma situação dessa, queremos ajudar o governo porque se nós não quiséssemos tínhamos votado contra esse crédito do governo, mas a gente precisa que esse crédito seja bem investido.

Então, essa é a minha fala, deputado. E, dar minha parcela de contribuição junto ao governo, junto a esse Parlamento, junto aos nossos pares, mas eu preciso fazer o meu trabalho, eu quero que compreendam e que a gente possa sermos harmônicos e independentes aqui nesta Casa. Agora, ontem, nós tivemos uma votação acirrada nesse plenário, que isso significa democracia, meu deputado, e a gente vê colegas aqui tirar foto do resultado do painel e mandar para a base do governo. Eu não quero saber de governo, meu filho, eu sou aliado do governo até enquanto eu achar que devo ser e até enquanto nós tivermos harmonia para trabalhar juntos.

Agora, não podemos admitir, senhor presidente, essa pequenez de parlamentar passar recibo de leva e traz para o governo. Eu não admito, eu acho que nós somos maiores do que isso, nós merecemos respeito, deputado Renato. E, eu estou aqui para colaborar com a sua fala, para dizer para você e para qualquer outro deputado, que nós temos que fazer o nosso papel e o senhor está certo de fazer. E outra, aqui, ontem, não foi orquestrado nada, aqui cada parlamentar chegou na primeira sessão da semana, cada um com sua pauta, com sua matéria, com seu direito que assiste de apresentar à Mesa o pedido de informação, cabe ao presidente acatar ou não, como acatou. E, o deputado Jorge fez a parte dele, nem falar com o senhor eu não falei, sentei na poltrona do Marcos Jorge, do seu lado, o senhor apresentou, falei: “ah, todo mundo está apresentando, vou apresentar o meu” que é um direito meu, como o deputado Marcinho, aqui não foi nada orquestrado não, todo mundo quer fazer seu parlamento da forma que deve fazer, de uma forma respeitosa para o estado de Roraima.

Então, era só para colaborar, muita das vezes chateado, magoado, mas eu creio que nós temos um mandato todo pela frente, junto com o nosso presidente, para que nós possamos fazer um parlamento que, realmente, seja para o interesse público. Para colaborar e agradecer o aparte que o senhor me concedeu.

O Senhor Deputado **Renato Silva** continua – Deputado Armando Neto, obrigado pelas palavras, parabéns pelo posicionamento, realmente, como V. Exa. falou, não foi nada orquestrado, muita gente me perguntou se eu estava sendo influenciado por algum deputado, ou se estava influenciando outro deputado. E, não foi nada disso, cada um chegou com a sua pauta, o deputado Jorge apresentou o pedido dele, eu o vi apresentando, estava com um pedido guardado e decidi apresentar o meu também, para que fosse votado. Então, o Marcinho falou que também tinha um, que apresentaria no dia posterior, mas que decidi apresentar na hora, tudo ali, cada um fazendo seu trabalho e já criaram milhões de situações. Enfim, nós sabemos como funciona isso.

Deputada Angela, um aparte para a senhora, depois para o deputado Marcinho, deputado Chagas e por fim o deputado Marcos Jorge.

Aparte concedido a Senhora Deputada **Angela Águida Portella** – Bom dia, deputado Renato, muito obrigada por me conceder um aparte, eu quero me pronunciar de forma rápida.

Ontem, eu achei a nossa sessão com um que de opressão e acredito que o resultado das votações foi uma reação a esse sentimento, realmente quando os colegas falam que não teve nada orquestrado, combinado, mas a reação foi a opressão porque nós temos aqui um combinado de respeito, de um ao outro. E, acredito que ontem, não houve isso. Nós também temos que ter o cuidado porque o Poder Legislativo é o poder que representa a população e o Poder Legislativo forte, é um povo forte, e se nós não reconhecemos aqui dentro desta Casa que nós estamos para garantir os direitos das pessoas e nós não estamos garantindo nem a nossa liberdade de ação. Então, eu realmente espero, não vivenciar mais o que vivenciamos ontem.

Todos nós fomos votados, todos nós temos nossas ideias, nossos ideais e o direito de exercer nosso mandato, com todas as prerrogativas que o nosso Regimento Interno nos dá, inclusive, um simples Pedido de Informação, seja do Poder Executivo, seja de outros poderes, seja de outras instituições, as comissões permanentes também são demandadas e elas também exigem que cada um de nós, tenhamos esse esmero, esse cuidado. E, o senhor, além de deputado, também é presidente da Comissão de Obras e Viação.

Então, a minha votação foi em favor da liberdade de ação dos parlamentares, eu não aceito que as pessoas sejam reprimidas, coagidas, eu não gosto desse tipo de atitude e aqui nós respeitamos as pessoas e todos têm que ter esse entendimento, esse comportamento. E, eu acredito que a reação da maioria dos colegas, ontem, foi em virtude dessa falta de respeito à liberdade de ação dos colegas.

Então, deputado Renato, eu entendo a sua indignação, o seu aborrecimento, a sua falta, inclusive ontem, de paciência, mas quando nós nos sentimos oprimidos nós reagimos, cada um reage à sua maneira, e o senhor se sentiu violado e não só o senhor mas qualquer colega, o próprio deputado Armando Neto, o próprio deputado Jorge Everton que fez o pedido também, dentro das suas prerrogativas parlamentares.

Só para dizer que qualquer colega que, dentro desta Casa, se sentir oprimido, violado, que vai contar sim, com meu apoio. Que a situação aqui, ontem, foi de buscar equidade dentro do nosso exercício, do nosso mandato, que às vezes não existe, às vezes umas pessoas que se sobrepõem às outras aqui, e o mandato é igual para todos, obrigada deputado.

O Senhor Deputado **Renato Silva** continua – Obrigado deputada Angela, parabéns pela sua fala. É exatamente isso, a senhora foi muito correta nas palavras, em falar que são sentimentos que estão sendo... vamos se dizer assim, como um copo, ele tem um teto. Então, realmente, ontem, não foi nada planejado, foi um sentimento individual, de indignação, por ter ali a sua prerrogativa ferida ou pelo menos, oprimida, foi isso que aconteceu ontem, exatamente.

Deputado Chagas, com a palavra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Deputado Renato Silva, eu estava acompanhando atentamente seu pronunciamento, da mesma forma que a deputada Aurelina falou, eu concordo com diversas posições apresentadas por V. Exa..

Entretanto, é importante nós vermos algumas manifestações que dizem que, ontem, foi podada a prerrogativa do deputado, e na verdade tudo que foi feito ontem aqui está previsto no nosso Regimento Interno, os deputados que protocolaram os requerimentos de pedido de informação atuaram de acordo com o que prevê o nosso Regimento, da mesma forma, como agiu a deputada Aurelina, que é decana desta Casa ao pedir adiamento de discussão dessas matérias, porque todos sabem que os requerimentos foram apresentados em Mesa e a deputada entendeu que ela precisava estudar melhor para ter a convicção do voto dela.

Os requerimentos de informações se dirigem ao Poder Executivo, eu sou líder do governo aqui na Assembleia e entendi, também, como diversos outros deputados, que era melhor adiarmos a discussão para depois podermos votar com convicção e, de repente, quando nós votarmos, na próxima sessão, até mesmo esse líder votará, quem sabe, favoravelmente ao requerimento. Agora, não pode alguém dizer que a deputada Aurelina está usurpando ou impedindo, com o requerimento dela, o deputado de fiscalizar, quando ela está usando um instrumento previsto no nosso Regimento.

O deputado pode a qualquer momento de acordo com o Regimento, entrar com o pedido de adiamento de discussão, se vencido ele pode quem sabe na próxima sessão, a deputada Aurelina, ou eu, qualquer outro deputado, pedir adiamento de votação. E o presidente vai ter que submeter ao plenário e foi feito assim. E, eu tomei conhecimento agora na fala do deputado Armando e a deputada Catarina me confirmou que estaria em algum blogue aí dizendo que o deputado Chagas está sendo acusado de fotografar o painel para levar para o governo. Como se isso fosse necessário. O governo acompanha todas as votações ao vivo. Na TV Assembleia, não é necessário isso. Agora, a liderança do governo de toda Casa legislativa precisa saber quem está acompanhando a votação segundo a orientação da base. Assim é nas Assembleias, nas Câmaras, no Congresso Nacional e, é público. Não só eu, mais diversos deputados quando terminam a votação, como a própria deputada Catarina também e outros deputados ontem, fotografaram e sempre que for necessário, até porque nós tínhamos diversos requerimentos para serem votados, de adiamento de votação.

E, eu como líder preciso saber, a primeira votação foi apertadíssima, foi dez a dez e eu precisava saber, porque a gente não consegue visualizar todos ao mesmo tempo para depois poder conversar como conversei com diversos deputados, procurando mostrar a razão do requerimento da deputada Aurelina para adiar a discussão. Eu, por exemplo,

achava que o deputado Idazio estava sendo contrário ao requerimento da deputada Aurelina. Mas, quando eu abri depois, vi que o Idazio estava com a gente. Então, as votações, deputado Armando Neto, aqui são públicas e o governo acompanha pela TV Assembleia, todas elas porque é necessário fazer. Todo projeto, todo dispositivo, toda ação, toda proposição, o governo tem que fazer esse acompanhamento e mais ainda a liderança do governo para saber se na próxima votação ele poderá perder ou se na próxima ele poderá ganhar. Mas, toda celeuma que se deu aqui, ele se deu principalmente em razão dos requerimentos que foram apresentados em Mesa. Eu acredito que quando vier para votação ele será deliberado e vai vencer a maioria. De repente, a liderança do governo vai encaminhar voto sim, talvez não, mas assim é o parlamento. O parlamento vai está sempre tendo o debate para que se possa aperfeiçoar as coisas e efetivamente cada um fazer o seu papel. Então, era essa a minha contribuição, deputado Renato Silva, V. Exa. sempre deu uma contribuição muito grande a esse parlamento e no seu requerimento com os demais colegas, com certeza, é uma contribuição para isso. Obrigado.

O Senhor Deputado **Renato Silva** continua - Muito obrigado deputado Chagas, inclusive, o próprio Edilson, ontem, entrou em contato comigo algumas vezes já solicitando email para encaminhar todas as informações. Independentemente de ser aprovado aqui ou não. Mas, como eu falei, essa matéria já vem sendo debatida com o governo há muito tempo, não foi a primeira vez ontem. Ontem, eu posso ter exposto até aos colegas. Eu já venho acompanhando isso já tem alguns meses, como eu falei para a deputada Aurelina, para o ministro Marcos Jorge agora mais cedo, já conversei com o governador sobre essas matérias, demonstrando minha preocupação com a forma como estão sendo feitas, porque lá na frente isso vai trazer problemas para o governador. Depois disso, aí vem bloqueio de contas, vem responder por improbidade administrativa. Eu sempre falo para as pessoas, às vezes, as coisas não dão certo para a gente, porque é um livramento. Eu confio muito nisso, já passei perrengue e eu falava, cara, não tem saída. Mas, eu tirava uma lição daquilo. Olha, mas foi bom. Eu não fiz isso aí não, mas estão dizendo que eu fiz. Agora, eu vou ter mais cautela ainda para não chegar nem perto de fazer, quando eu vejo dá um problema muito grande.

Então, tem certas coisas que Deus nos previne de um problema. Talvez esses processos podem trazer um problema muito grande para o governo. E como ele é o político sempre cai para o lado do político, sempre o político é o culpado, depois os empresários são tudo solto, aí a culpa toda é de quem? É do político que vai responder a vida toda a processo sobre isso. Ser gestor não é fácil, eu sei que não é fácil, eu não tenho interesse nenhum de ser gestor, a dificuldade é grande, a responsabilidade é muito grande e nunca é demais, nunca atende a todos. Depois todo mundo ficou feliz com o evento da Expoferr, mas se não for feito o processo legalmente, o governador vai responder e o acontecerá? A própria população que se divertiu na Expoferr vai se virar contra o governador. É essa visão que eu estou querendo passar para vocês. Nós precisamos esquecer um pouquinho esse lado de base, oposição e tratar da matéria em si. Achar que tudo é uma perseguição ou tudo tem um interesse maior. Como foram dizer que nós estávamos armando aquilo ali ontem. E, eu não tive nem contato com o deputado Armando essa semana, nem semana passada, não tive contato com o deputado Jorge, nem sabia que o deputado Jorge tinha requerimento para apresentar. Nem sabia disso. É esse ponto de vista que eu estou tentando passar para vocês, colegas. É esse o ponto de vista.

Deputado **Marcinho Belota** com a palavra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcinho Belota** - Obrigado deputado Renato. V. Exa. já falou tudo, os outros deputados também tiveram uma fala muito importante hoje, mas se tratando da Expoferr, deputado Rárisson, deputado Meton, deputado Cláudio, deputado Armando, se V. Exas. foram barrados para entrar no camarote, imagina um pedido de informação. Não votamos contra. Deputado Meton foi barrado também. Acho que todo mundo aqui foi barrado. Mas, a base do governo acho que não foi barrada com certeza. Então, deputado Renato, sua fala foi muito importante. Ninguém orquestrou isso. Nós tivemos o contato ontem aqui. E coincidentemente todos tiveram uma ação que podem ter pensado isso, não fomos contra o governo, pelo contrário, era apenas um pedido de informação o qual era muito simples de ser resolvido e gerou uma tempestade muito grande. Então, parabéns pela fala, parabéns pelo posicionamento mais uma vez. O senhor sempre assertivo na sua fala. Conte comigo sempre.

O Senhor Deputado **Renato Silva** continua - Obrigado deputado Marcinho. Com a palavra o deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Dr. Cláudio Cirurgião** - Um minutinho só. Ontem, eu não pude estar presente na discussão. Eu entrei virtualmente. Foi o aniversário da minha filhinha. E, eu tive um problema de origem pessoal e depois eu tentei entrar por meio virtual e não consegui.

Mas, depois eu fui ver os vídeos das discussões. Acho muito pertinente tudo que foi debatido porque há dias grande parte dos parlamentares que estão aqui, estavam no Parlamento Amazônico, lá na Unale, discutindo prerrogativa de deputado, porque deputado não tinha direito disso, não tinha direito daquilo. E, ontem, a sessão foi em torno justamente da prerrogativa de deputado. E o que foi discutido em nível nacional, foi justamente os direitos e as prerrogativas dos deputados, ontem nós tivemos uma aula de como não defender as prerrogativas do Legislativo. Então, todo pedido de informação de qualquer deputado seja da base aliada desse ou de qualquer outro governo, enquanto eu for parlamentar vai ter a minha aprovação. E detalhe, os deputados estaduais, o Parlamento precisa se valorizar porque eu, deputado Cláudio, eu tenho um pedido de informação de março que é para a Secretaria de Saúde e até hoje não foi respondido. Eu queria ver o Parlamento se reunir para cobrar todos esses pedidos de informação que até hoje não foram respondidos. E, hoje, acabei de protocolar, mais um pedido de informação para Secretaria de Saúde. Eu quero ver a Mesa Diretora, eu quero ver deputado aqui se reunir para defender Parlamento e dizer: olha o pedido do Cláudio, do Renato, do Odilon, do Marcinho, do Chico, do Sampaio, ainda não foram respondidos. O parlamento tem que se unir para defender as prerrogativas e não para podar qualquer tipo de pedido de informação. Muito obrigado, é a minha colaboração.

O Senhor Deputado **Renato Silva** continua - Deputado Cláudio, obrigado pela participação. Parabéns pelo posicionamento, foi em torno disso realmente a todo o debate de ontem, mas aqui, eu quero encerrar minhas palavras, meus colegas. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui hoje, nesta tribuna, poder expressar esse sentimento que eu tenho colocado de forma categórica, no coração e no pensamento de cada um de vocês. Já tive ligações de deputados que votaram ontem, contra nós, que se arrependeram ou que falam que não farão mais isso. Teve deputado que me ligou. Porque isso é muito pequeno para tirar um direito que é óbvio, porque é a nossa função, que não deveria nem ser votado, a verdade é essa, um pedido de informação não deveria nem ser votado. Mas, enfim, vamos dar continuidade no trabalho, presidente, lhe agradecer pela paciência que sempre V. Exa. tem, pelo equilíbrio que V. Exa. traz para esta Casa e que V. Exa., não deixe essas coisas acontecerem no parlamento, que é administrado por V. Exa. que sempre ouviu todos os lados, sempre tentou respeitar todos os lados, seja firme quando for um direito do deputado de exercer sua função, seja firme, independente de qual lado seja, seja firme nisso, porque a presidência sendo forte, todos os deputados aqui, vão ser fortes. Se os deputados forem fortes, um dia você vai precisar desses deputados, que deixarão você mais forte. É isso que eu tenho para falar muito obrigado a todos. Bom dia.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Senhores deputados, o único orador inscrito, era o deputado Renato Silva, para o Grande Expediente, usou o tempo necessário, não chegou a usar 60 minutos.

Eu quero me posicionar, não fiz um aparte na fala do deputado Renato Silva, exatamente, porque eu quero me posicionar como presidente desta Casa, para esclarecer alguns fatos.

Primeiro ao deputado Renato, e demais que interessam, o projeto de lei que tratou do empréstimo do governo foi dado a devida e ampla divulgação a todos os deputados e a sociedade roraimense, ele entrou aqui no dia 10 de outubro, foi votado no dia 19, nove dias tramitando e foi matéria de todos os meios de comunicações e jornais. Foi distribuído a todos os gabinetes dos deputados, foi formada uma comissão especial por 9 deputados indicados pela liderança dos partidos, do qual respeitando a proporcionalidade. Colocamos um especialista, enquanto relator eleito pela comissão foi o deputado Marcos Jorge, que tem uma vasta formação em orçamento, a deputada Aurelina, também presidiu a comissão especial.

Então, ouvi todo o debate necessário, foi dada ciência. A aprovação se deu numa sessão ordinária, em transmissão ao vivo a toda sociedade roraimense. De fato, o deputado Renato Silva, estava em uma missão oficial, é prática desta presidência, ao recebeu um convite, quando eu não posso ir, eu solicito ao vice-presidente, deputado Marcelo, quando o deputado Marcelo, não pode ir, minha segunda opção é o primeiro-secretário, o deputado Jorge, minha terceira opção é o corregedor, até porque a hierarquia da Casa é mais ou menos é essa. Ao deputado, eu agradeço, representou muito bem, a Assembleia, na sessão solene na Câmara Federal, pelos 5 anos, se não me engano da Operação Acolhida, tivemos que mandar um representante enquanto Poder. Liguei para o deputado Renato, pedi para ele participar da sessão de modo virtual e, ele participou, votou, houve outras reuniões que antecederam toda essa discussão.

Então, estou tranquilo com relação ao trâmite da proposta de empréstimo, do qual eu também votei favorável, acho que é saudável o governo tomar um empréstimo. É necessário até para fortalecer os investimentos no estado, esclarecido com relação ao empréstimo.

No tocante as prerrogativas dos senhores deputados, faz parte da minha essência como deputado, enquanto homem público, e como presidente defender as prerrogativas dos senhores deputados, não vou votar contra e nem obstruir, nenhuma iniciativa de deputado, sempre ao pedir o voto e o apoio dos senhores, deixei isso muito claro, todo o deputado tem total liberdade e livre ação para encaminhar seu mandato da forma que ele entender melhor e terá o apoio desta Casa.

Requerimentos colocados na Ordem do Dia, aqui já aconteceu dezenas e centenas, é uma prerrogativa do presidente acatar ou não. E, se fizer um resgate dos requerimentos de pedido de inversão de pauta, até em sessão, inserir projetos de leis que não estavam na Ordem do Dia, eu já acatei vários e vou continuar acatando. Votei e voto, senhores deputados, apoiando qualquer requerimento de pedido de informação, seja para quem for, seja qual for o Poder, qual for a instituição, está na minha essência. E, é um direito do parlamentar, é um dever dele fiscalizar.

Agora, também é prerrogativa e direito. E, eu votei nos requerimentos da deputada Aurelina, pedindo um adiamento de discussão, porque é prerrogativa do deputado pedir adiamento de discussão, de emitir votação, não vou atropelar, cercear o direito do deputado Armando, do deputado Jorge, do deputado Renato, do deputado Mazinho, em querer colocar na Ordem do Dia um requerimento de pedido de formação. Não vou cercear, não vou me negar a votar contra um adiamento de uma matéria que o deputado não está se sentindo confortável para votar, seja qual for as razões, não me importa as razões. Mas, é prerrogativa do parlamentar, é direito do líder do governo encaminhar voto e orientar sua base. É direito do deputado Lucas, desde que informe, obstruir a votação, esse é o processo democrático. A regra é essa, então não vamos esperar desta presidência, nenhum cerceamento de prerrogativa de direito de deputado.

Como o governo vai entender é uma outra questão, não estou preocupado com isso, a minha preocupação aqui é preservar o Poder. O governo que construa sua base, a sua maioria, sempre deixei isso muito claro, está aí, o deputado Chagas, já tirei matéria da Ordem do Dia, a pedido do líder do governo, que precisou fazer a devida discussão do amadurecimento da matéria. Já inseri na Ordem do Dia, a pedido do líder do governo, matérias que tem grau de relevância.

Então, quero tranquilizar os senhores deputados e deputadas que o Regimento da Casa será respeitado, na íntegra, como está sendo respeitado. Tranquilizar meus colegas, meus amigos que me confiaram o voto da presidência, que além do compromisso é essência minha, respeitar o processo democrático, cuidar e preservar o direito das prerrogativas, eu não abro mão da minha prerrogativa enquanto parlamentar, eu tenho orgulho de ser deputado, sou grato a cidade roraimense.

Eu acho que todos nós devemos ter esse orgulho de ser escolhido pela sociedade roraimense para os representar, exercer nossas atribuições e entre elas atribuições de fiscalizar, faz parte da regra do processo. Então, eu queria tranquilizar os senhores deputados, os requerimentos estão na mão da deputada Aurelina, ela tem 5 dias, se ela não devolver no quinto dia, no sexto, eu coloco para votar normalmente, sem nenhum problema. E, antecipo meu voto, eu vou votar favorável ao pedido de informação é um direito e respeitarei qualquer deputado que queira votar contra.

Então, essas são minhas palavras aos senhores deputados aqui presentes, dar essa tranquilidade a todos senhores e senhoras que estão nos assistindo. Eu não vi nada de anormal, nesse debate, amadurece a gente e fortalece a democracia, vejo como uma forma salutar e saudável. É preciso manter uma boa relação de convivência, de civilidade, o resto a maioria decide, respeitando também a minoria, não é só a maioria prevalecer, é preciso ganhar respeito também a minoria. A democracia, ela se consolida através disso, deputado Marcos Jorge, a maioria prevalecendo, mas com respeito à minoria.

Passamos para a Ordem do dia: discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: 1 - Projeto de Lei n. 122/2023, que “dispõe sobre a campanha permanente de combate, conscientização e prevenção à síndrome de esgotamento profissional – Síndrome de Burnout, a ser celebrado anualmente em 10 de outubro no estado de Roraima”, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião; 2 - Projeto de Lei n. 168/2023, que “dispõe sobre a criação do programa Amigos da Escola com o objetivo de incentivar parcerias de pessoas físicas e jurídicas com escolas públicas estaduais no âmbito do estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do deputado Eder Lourinho; 3 - Projeto de Decreto Legislativo n. 74/2023, que “declara de utilidade pública a Federação de Judo do estado de Roraima”, de autoria do deputado Renato Silva; 4 - Projeto de Decreto Legislativo n. 88/2023, que “declara de utilidade pública a Associação Cultural Desportiva Ichiban Dojô no estado de Roraima”, de autoria do deputado Marcos Jorge; 5 - Projeto de Decreto Legislativo n. 91/2023, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima as pessoas que indica e dá outras providências”, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Senhores Deputados, temos dois projetos e já despachei com o deputado Marcos Jorge, já designei como relator, é o projeto de prorrogação da extinção da CER que necessita de urgência e também o do Tribunal de Justiça que já está em tramitação, acredito que semana que vem estarão prontos para serem votados. O Projeto de Lei Complementar n. 015/2023 do Poder Judiciário ainda não está na Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor Presidente, apenas para corroborar suas palavras, o retorno da assessoria jurídica, deu entrada na CCJ, e hoje ainda já foi designado relator com o compromisso de votarmos com celeridade. Aproveito para lhe agradecer com relação a condução do projeto independente de ser poder normalmente dentro das comissões, tem o nosso compromisso dos membros da CCJ com análise célere por se tratar de matéria de interesse, obviamente, assim que o da CER der entrada estaremos na comissão encaminhando e endereçando ao relator.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura de parecer e voto ao Projeto de Lei n. 122/2023, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

O Senhor Segundo-Secretário **Rárisson Barbosa** – (Lido parecer e voto ao Projeto de Lei n. 122/23).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Lembrando que o parecer da Procuradoria desta Casa, foi pela constitucionalidade da matéria e o parecer do relator da matéria, Neto Loureiro, foi pela aprovação da matéria. Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Dr. Cláudio Cirurgião** – Senhor Presidente, a Síndrome de Burnout é algo que vem sendo discutido há muito tempo, mas poucas pessoas conhecem. Ela é característica de profissões que exigem muito a competitividade, exige muito resultado, que são algumas profissões do mercado de trabalho tanto do privado quanto do público. É muito vista em profissões na área da saúde, profissionais de segurança pública, profissionais da educação, que são submetidos a situações de trabalho exaustivo com grande comprometimento psicológico. Existem vários níveis da síndrome, que pode estar associada a depressão de difícil tratamento. Então, para que os nossos profissionais tanto da rede privada, quanto da rede pública tenham esse acompanhamento, até do ponto de vista trabalhista, segurança profissional, peço aos nobres colegas que aprovelem esse nosso projeto. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Senhor presidente, a liderança encaminha voto sim.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** - O Republicanos encaminha voto sim, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Enquanto tramita a votação, em resposta a fala do deputado Dr. Cláudio, o pedido de informação foi protocolado no dia 12 de abril e foi reiterado no dia 23 de maio. E, até então, não tivemos resposta. Determino nesse momento que o procurador da Casa tome as medidas judiciais para buscar as devidas informações com relação ao requerimento de pedido de informação. Que o Dr. Paulo e o Dr. Sérgio tomem as providências judiciais ou administrativas necessárias para atender o requerimento aprovado pelo plenário, de autoria do Dr. Cláudio Cirurgião.

Dou por encerrada a votação. Por 18 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei 122/23, de autoria do deputado Dr. Cláudio Cirurgião.

Projeto de Lei n. 168/2023, de autoria do deputado Eder Lourinho. Mas, o mesmo não se encontra presente.

A Senhora Deputada **Tayla Perez**- Questão de Ordem, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Concedida deputada.

A Senhora Deputada **Tayla Perez** - Senhor Presidente, o deputado Eder pediu que colocasse em votação.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Ele falou com V. Exa.?

A Senhora Deputada **Tayla Perez** – Sim.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Acatando o requerimento da deputada Tayla Perez, que conversou com o deputado Eder que pediu que fosse colocado na Ordem do Dia, vamos dar segmento.

Solicito ao Senhor segundo-secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei n. 168/2023, de autoria do deputado Eder Lourinho.

O Senhor Segundo-Secretário **Rárisson Barbosa** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 168/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Tayla Perez** – Senhor Presidente, esse projeto de lei do deputado Eder Lourinho, “Projeto Amigos da Escola” é para todas as pessoas físicas e jurídicas que quiserem fazer doações e que quiserem participar desse programa. Essas doações têm alguns fins: material escolar, rede Wi-Fi e manutenção da escola. É um projeto de muita importância e quem puder ser amigo da escola pode estar divulgando essas doações e vai ser de muita importância porque vai ajudar o estado. Peço aos pares que votem sim.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais nenhum deputado que queira discutir a matéria, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - A liderança encaminha voto sim.

O Senhor Deputado **Isamar Júnior** - O líder do Podemos encaminha voto sim.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dou por encerrada a votação. Por 17 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 168/2023, de autoria do deputado Eder Lourinho.

Solicito ao Senhor segundo-secretário que proceda à leitura de parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 74/2023, de autoria do deputado Renato Silva.

O Senhor Segundo-Secretário **Rárisson Barbosa** – (Lido parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 74/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão a matéria. Não havendo nenhum deputado que queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** pede encaminhamento de voto - O Republicanos encaminha sim, senhor presidente.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede encaminhamento de voto - A liderança encaminha voto sim.

O Senhor Deputado **Isamar Júnior** pede encaminhamento de voto - O líder do Podemos encaminha voto sim.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dou por encerrada a votação. Por 17 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 74/2023, de autoria do deputado Renato Silva.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de decreto legislativo n. 088/2023, de autoria do deputado Marcos Jorge.

O Senhor Segundo-Secretário **Rárisson Barbosa** – (Lida a ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 088/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - O deputado Neto Loureiro é o relator da matéria, votou pela aprovação. O parecer da Procuradoria foi pela aprovação.

Coloco a matéria em discussão, não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Votando “sim”, os deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** - Meu presidente solicito ao senhor vice-líder do Republicanos, deputado Gabriel Picanço, que oriente a votação.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – O Republicanos, presidente, orienta pelo voto sim.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - O vice-líder do Republicanos encaminha voto “sim”.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Senhor presidente, a liderança do governo encaminha pelo voto “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - O líder do governo, deputado Coronel Chagas, encaminha voto “sim”.

O Senhor Deputado **Isamar Júnior**- O Podemos, encaminha voto “sim”, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - O líder do Podemos, deputado Isamar Júnior, encaminha pelo voto “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 19 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 088/2023, de autoria do deputado Marcos Jorge.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 091/2023, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Segundo-Secretário **Rárisson Barbosa** – (Lida ementa, parecer e voto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 091/2023).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo que queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os senhores deputados aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Senhor presidente, a liderança do governo encaminha voto “sim”.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - O líder do governo, deputado **Coronel Chagas**, encaminha voto “sim”.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – O Republicanos, presidente, orienta voto sim.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - O vice-líder do Republicanos encaminha voto “sim”.

O Senhor Deputado **Rárisson Barbosa** – O líder do PMB, encaminha voto “sim”, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - O líder do PMB, encaminha pelo voto “sim”.

O Senhor Deputado **Isamar Júnior**- O Podemos, encaminha voto “sim”, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - O líder do Podemos, deputado **Isamar Júnior**, encaminha pelo voto “sim”.

Dou por encerrada a votação. Por 19 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 091/2023, de autoria do deputado **Soldado Sampaio**.

Item n. 07 da Ordem do Dia, Projeto de Decreto Legislativo n. 095/2023, de autoria do deputado **Jorge Everton**. Como ele não encontra-se presente, é costume desta Casa respeitarmos a presença do deputado para voltar à matéria de sua autoria. Sendo assim, transiro para Ordem do Dia da Sessão seguinte.

Senhores deputados damos por encerrada a Ordem do Dia, todas as matérias, que estavam aptas a serem votadas, foram votadas. Partimos para o expediente de Explicação Pessoais, deputado **Marcos Jorge**, deputada **Aurelina Medeiros** e deputada **Angela Águida Portella**. Respeitando as nossas deputadas, vou conceder as Explicações Pessoais, primeiro as senhoras deputadas, com a palavra a deputada **Aurelina Medeiros**.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Senhor presidente, eu vou me referir a sua fala com relação a prerrogativa de deputado, talvez tenha sido uma das vezes que vi alguém falar com tanta lucidez, sobre prerrogativa de deputado. E, queria me referir também a muitas falas, mas principalmente a fala do deputado **Armando Neto**, eu queria dizer que nós não somos parte do Poder Executivo, nós não somos parte do governo. Nós somos o Poder Legislativo, com autonomia. Apoiar ações do governo ou não é arbítrio de cada um. O entendimento de cada um, mas a gente não é parte do Poder Executivo, a gente tem uma função muito específica que é ajudar a fiscalizar, dizer o que está errado e o que está certo, dizer também que aqui não se ceifa prerrogativa nem poder de deputado. Aqui, vota-se contra e a favor da forma que a gente achar que deve. Cada um tem direito de apresentar a matéria que quiser e nem o presidente, nem a Casa inteira tem direito de ceifar esse direito de nenhum deputado.

O que é apresentado aqui é considerado como direito e prerrogativa pessoal, mesmo não sendo, porque tem muita coisa que entra aqui que nem é prerrogativa de deputado e se discute do mesmo jeito. Agora, votar é o direito de cada um, é o entendimento de cada um, é o que cada acha. E ontem, foi um exercício muito bonito aqui de prerrogativa de deputado e de democracia. Democracia é o direito de você dizer sim ou não. Não é levado pelo cabresto, tem que fazer o que o outro quer, não é chegar aqui de última hora, apresentar, como foi citado aqui, o empréstimo, discutiu-se. Mas, as outras coisas chegaram, aqui, a gente não sabia o que era, então precisávamos saber e discutir. Como disse o deputado **Sampaio**, daqui a pouco eu vou votar junto também, tudo vem para cá e tudo passa para fora a imagem que a gente consegue transmitir. O que aconteceu ontem, não se trata de ser contra ou a favor de governo, trata-se de ter responsabilidade com as matérias que entram aqui, de ter conhecimento. Aqui ninguém é levado porque o fulano quer, porque eu tenho que votar do jeito que ele quer. Eu, pelo menos, tenho certeza, porque eu conheço dos que estão aqui, a gente nunca teve esse comportamento na Assembleia, exercemos o nosso direito, nós não ceifamos o direito de ninguém apresentar os seus requerimentos. Agora, ninguém vai me ceifar também de votar e apresentar os meus, isso não quer dizer que eu tirei o direito de qualquer pessoa, até porque nós não retiramos de pauta, nós adiamos apenas a discussão.

Então, precisava dizer isso e, eu me senti grande, não senti um Parlamento pequeno não, talvez esse ano tenha sido a primeira vez que esse Parlamento se mostrou grande, mostrou para o povo que é, realmente, um Parlamento. Este ano foi a Sessão que estive grande, obrigada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Explicações Pessoais, deputada **Angela Águida Portella**.

A Senhora Deputada **Angela Águida Portella** - Explicações Pessoais, senhor presidente, só para fazer um convite, na verdade. A Assembleia Legislativa, através do Teamarr, realizará na segunda-feira dia 27, um dia todo de eventos, pela manhã e tarde oficinas sobre autismo e artes marciais. Nós estamos recebendo dois profissionais do Rio de Janeiro, são professores de excelência, professor **Felipe Nilo** e **Rafael Martins**, eles vão orientar profissionais de educação física, profissionais que trabalham nas academias com artes marciais, capoeira. Eles vão falar sobre a importância das artes marciais no tratamento, também para terapia de autistas. Sobre a questão do neurodesenvolvimento, da neuropsicomotricidade, eles estão fazendo esse trabalho mundialmente, de incentivar e mostrar que é possível adaptar o esporte aos autistas. À noite, terá uma palestra, também iniciando as 19h30min, indo até as 21h. É aberta para toda a comunidade. Mas, eu quero fazer um convite especial para autistas, seus familiares, para os profissionais de educação física, para os professores que atuam nas academias com artes marciais, para os professores de capoeira, para que nós possamos tornar o esporte cada dia mais inclusivo. Era isso presidente. Obrigada.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Explicações Pessoais deputados: **Marcos Jorge**, **Idazio da Perfil** e **Dr. Cláudio Cirurgião**. Com a palavra o deputado **Marcos Jorge**.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Senhor presidente, inicialmente quero aqui, registrar no expediente de Explicações Pessoais, que ontem, não estive presente presencialmente na sessão, tendo em vista, que como V. Exa. sabe, e a maioria dos colegas, eu estou com a minha esposa internada e tenho acompanhado como família, como marido os últimos dias dentro do ambiente hospitalar. Mas, ainda consegui acompanhar boa parte da sessão do dia de ontem. E, para dizer, depois inclusive, assisti o restante da sessão pelo *youtube*, como V. Exa. sempre tem feito, tudo fica não só registrado, transmitido na TV Assembleia, mas também disponibilizada nas redes sociais. Pude acompanhar as discussões em relação a questão dos requerimentos que entraram em Mesa. E, por que eu quero aqui falar sobre isso? Inclusive, ao agradecer as palavras do deputado **Renato**, inclusive, pedi um aparte ao deputado **Renato**, foram tantos apertes, que ele esqueceu de me conceder a fala, eu já me daria por satisfeito, caso tivesse encaminhado ali no aparte do pronunciamento do deputado **Renato**. Eu quero na realidade lhe parabenizar presidente, pela forma respeitosa com que tem tratado todos os deputados. V. Exa. recebeu em Mesa os requerimentos e de fato deu provimento. E, quando uma colega discordou do momento, com a mesma paciência, com a mesma forma democrática com que tem nos tratado todos nós, também acolheu regimentalmente, exerceu o seu papel de presidente deste Poder, tratando com igualdade e respeitando as prerrogativas de todos os deputados, muito embora não tenhamos o mesmo entendimento. Inclusive, no requerimento que eu consegui me manifestar ontem virtualmente, logo em seguida, eu tive que acompanhar um procedimento da minha esposa, já estava ali no horário do procedimento. Mas, inclusive, eu fiz orientação como líder do Republicanos, favorável as informações do primeiro requerimento que pude participar, inclusive, com relação a pagamento de empréstimos consignados. E, por que eu procedi e entendi dessa forma? Primeiro, porque entendo que todo e qualquer pedido de informação, tem que ser não só endereçado, como respondido pelo Poder Executivo, como o próprio governador **Denarium** sempre afirmou e sempre o fez.

Eu que fui secretário da Seplan, da Sefaz, sempre vi a forma correta com que o governador **Antônio Denarium** sempre tratou dessas questões, sempre fez questão de que tudo fosse transparente. E, com o conhecimento que tenho em relação aos consignados, inclusive, adiantei alguma coisa, porque na época eu conduzi esses acordos. Muito embora a Procuradoria-Geral do Estado, através do entendimento de alguns procuradores, esses consignados deveriam ir para precatórios, até porque já tinha uma ação com provimento, uma ação do Ministério Público, para destravar, os bancos não podem cobrar nada dos servidores, que foi uma apropriação do dinheiro dos servidores, feita em gestão anterior. A gestão do governador **Denarium**, o governador disse não, isso daqui eu vou parcelar, nós conseguimos no Judiciário retirar juros e multa e pagar parcelado cada um desses bancos, mais de uma dezena de bancos, não vou citar aqui nenhum, para não fazer promoção de nenhuma instituição bancária. Mas, eu conheço a matéria, sei que há muito conforto, como há conforto por parte do governador para mandar qualquer informação, como deve ser por parte do Poder Executivo, o deputado **Renato** está certo. Os deputados que encaminharam requerimentos estão certos, toda informação é pública, tem que ser transparente, tem que ser encaminhada a esta Casa. Mas, quero aqui fazer referência que o senhor, de forma paciente, escravo que é do Regimento, atento aqui a cada uma das manifestações. Esse era o primeiro ponto que eu queria aqui ressaltar, parabenizando o deputado **Renato**, deputado **Armando**, deputado **Jorge** e todos que encaminharam

aqui, assim como pude me manifestar, me manifestei favorável e orientei voto, em todo e qualquer requerimento de informação, quando eu era secretário, nem precisava chegar a esse ponto, qualquer pessoa, vários aqui são testemunhas, o próprio presidente Sampaio ligava, meu irmão vem para cá, o que você precisa, qual a informação, está aqui, tem que ser transparente. E, é dessa forma que tem que ser tratado. Eu não tenho dúvidas que o vice-governador Edilson Damião, da mesma forma, que o deputado Renato relatou aqui, já ligou, estou encaminhando, não precisa nem chegar requerimento aqui, já vou encaminhar a V. Exa.. É dessa forma que tem que ser tratado e conduzido, com independência entre os poderes, com autonomia, e com todas obviamente as divergências sendo aqui endereçadas e a gente com maturidade para conduzir essas discussões. Eu, entrei aqui apenas neste ano, sou novato, mas um admirador confesso deste Poder. Iniciei no serviço público como office boy no Judiciário lá no nosso São Luiz do Anauá. Vim para esta Casa como assessor há mais de duas décadas, para aprender com a atuação dos deputados aqui, vários históricos que passaram por esta Casa, os quais saúdo e cumprimento na pessoa do pai da deputada Catarina Guerra, meu amigo Chiquinho Guerra, sempre foi um professor aqui da construção dos consensos. Então, para finalizar este tema, parabeno a maturidade dos senhores parlamentares. E, os pedidos que estão sendo feitos ao Executivo. O Executivo, precisa sim, tratar com transparência e com clareza. Imagino que não seja constrangimento nenhum, nem para o governador, nem para o vice-governador e nem para nenhum secretário demandar. E, mais do que isso, é obrigação não só atender os requerimentos, tem que estar tudo no portal de transparência, para que a gente de maneira facilitada possa ali acessar toda e qualquer tipo de informação, ainda mais quando vai um pedido de informação daqui para o Executivo. O segundo ponto senhor presidente, de uma forma muito breve, apenas aqui solicitar, primeiro agradecer a todos os membros da CCJ, que têm sido muito céleres em relação a todas as demandas que entram na CCJ, que está batendo todos os recordes em relação a tramitação de projetos neste ano, neste exercício. Apenas corroborar algumas matérias como a do TJ que acabaram de entrar, serão pautadas já hoje no virtual, pedi a todos que possam depositar os seus votos de forma célere, que vi que há interesse da Casa, da presidência e da Mesa pautando na próxima semana o projeto do Tribunal de Justiça, o Projeto de Lei Complementar n. 015/2023 e outras matérias que estão entrando também, e outras que já estão em tramitação. Apenas pedir que, junto as suas assessorias possamos no dia de hoje e amanhã, estar fazendo um esforço concentrado na CCJ. Muito obrigado a todos, Deus abençoe. Deputado Renato, parabéns pela atuação, pelo trabalho e muito obrigado pela forma honrosa com que me tratou, com toda a deferência, saiba do meu carinho e do meu respeito por V. Exa. e por todos os colegas aqui desta Casa. Meu muito obrigado.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – obrigado deputado Marcos Jorge pela deferência na fala de V. Exa., ao usar o expediente de Explicações Pessoais. Explicações Pessoais, deputado Idazio da Perfil.

O Senhor Deputado **Idazio da Perfil** – Bom dia, senhor presidente, em primeiro lugar quero parabenizar V. Exa. pelo equilíbrio que sempre conduz esta Casa de todas as formas. Mas, senhor presidente, o assunto que me traz aqui, é para solicitar do governador urgência em colocar os refis, para que ele possa ser efetivado. A gente está recebendo várias ligações de muitos empresários que tentam legalizar suas situações e ainda não foi liberado o refis. Um refis que foi trabalhado pelo nosso Ministro Marcos Jorge com toda sua experiência, buscou fazer o melhor refis que atendesse a legalidade do governo do estado e pudesse atender os empresários que se encontram inadimplentes, inativos com suas empresas. Então, era solicitar ao nosso secretário Freitas junto com o nosso governador que pudesse realmente liberar os refis antes do fim do ano para que essas empresas pudessem iniciar 2024 todas legalizadas, empregando, gerando impostos para o governo. Era a nossa solicitação porque estamos sendo cobrados por todos os empresários que se encontram no momento em débito com o estado. Obrigado Presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado deputado Idazio da Perfil, muito pertinente a fala de V. Exa., e já solicito o apoio do líder do governo para fazer contato com a Casa Civil, eu farei o mesmo para materializar a lei aprovada por esta Casa permitindo que haja a renegociação junto ao físico do estado.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** - Presidente, fui mencionado pelo deputado Idazio, regimentalmente há oportunidade de corroborar?

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra.

O Senhor Deputado **Marcos Jorge** – Só reforçar as palavras do deputado Idazio junto ao nosso líder, deputado Coronel Chagas, que tem sido sempre atento a todas as nossas demandas. O refiz está pronto. Fizemos as emendas, adequamos com o apoio de V. Exas., inclusive de todos os parlamentares aqui. A Sefaz já minutou o decreto, já fez os ajustes no sistema, já falamos com o governador, inclusive, eu, deputado Idazio,

deputado Gabriel, deputado Chagas estão acompanhando também, ou seja, presidente, o refis está pronto só para o governador assinar e anunciar. Nós precisamos o quanto antes desses refis, porque tem muita gente aguardando, está dependendo do refis e o erário vai arrecadar. Tenho notícia de que um empresário vai pagar de uma vez mais de um milhão. Precisamos do refis o quanto antes.

O Senhor Deputado **Dr. Cláudio Cirurgião** – Convido todos os parlamentares, os amigos, os servidores da Casa, a população em geral que amanhã teremos uma audiência pública para tratar sobre cuidados paliativos. Vai ser uma audiência muito elucidativa e que através dessa audiência iremos propor políticas públicas, indicações legislativas para melhorar esses cuidados a esses pacientes que tanto precisam. Então, eu quero convidar a comunidade em geral a participar amanhã a partir das nove horas aqui na Assembleia Legislativa, no nosso plenário. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Presidente, só para reforçar o pedido do deputado Idazio para que o governador anuncie oficialmente a decisão de que o refis entre em vigor. Nós somos da Comissão de Indústria e Comércio, e temos recebido algumas ligações de empresários que estão com problemas e eles precisam se legalizar. Então, queria agradecer ao Marcos Jorge, a V. Exa. também e a unidade por estarmos imbuídos nesse compromisso que tenho certeza de que a Secretaria de Fazenda, o tesouro estadual, vai arrecadar um volume de recursos muito grande que estão sem movimento por falta de uma legislação, a qual já está aprovada, minutada, falta só o governador anunciar oficialmente para que o refis entre em vigor. Então, era isso que eu queria reforçar na fala do deputado Idazio e estamos aqui pedindo também que o governador tome a iniciativa o quanto antes para que o refis antes do final do ano entre em vigor. Obrigado presidente, bom dia a todos os colegas.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Algum deputado que queira fazer uso do expediente de Explicações Pessoais?

Só lembrando que amanhã teremos audiência pública promovida pelo deputado Dr. Cláudio Cirurgião, reforço o convite a todos os deputados a se fazerem presentes, aqueles que tiverem interesse.

Também dar ciência aos senhores deputados que ontem, nos reunimos com a presidência da Comissão de Orçamento e com a relatora e, fizemos um calendário de aprovar a Lei Orçamentária entre os dias 12 e 14 de dezembro. Então, a necessidade dos senhores deputados se aprofundarem na Lei Orçamentária, fazer as emendas de V. Exas., e fazerem sugestões. Será disponibilizado nas próximas horas um link por parte da superintendência legislativa e os meios de comunicação para receber as contribuições da sociedade civil, das entidades organizadas que queira deixar sua contribuição na discussão da Lei Orçamentária.

Tínhamos agendado hoje uma reunião da relatora da Comissão de Orçamento sobre a Lei Orçamentária Anual, mas foi suspensa, até segunda ordem, em virtude de ainda não ter sido feitos os ajustes técnicos necessários para fazer uma explicação mais didática aos senhores deputados. Então, suspendemos a reunião até o segundo momento, devemos fazer essa reunião na próxima semana. Mas, reitero aos senhores deputados que procurem discutir a Lei Orçamentária, procure a relatoria, procure a presidente da Comissão de Orçamento, façam as emendas individuais, emendas de bancada, tragam as demandas necessárias que acharem pertinentes para discussão e logo em seguida a aprovação da Lei Orçamentária. Então, estamos pedindo a contribuição dos senhores deputados para depois não atropelarmos os processos de votação nesta Casa. Então, quero reforçar mais uma vez, que a nossa ideia é votarmos a Lei Orçamentária entre os dias 12 e 14 de dezembro, se tudo der certo e precisamos de muita contribuição dos senhores e senhoras deputados.

O Senhor Deputado **Gabriel picanço** – Presidente, só um pedido a presidente da Comissão de Orçamento para que a votação fosse dia 14. No dia 12 não vamos está aqui, e gostaria de contar com a benevolência de V. Exas. para que fosse votado no dia 14.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Deputado, vamos amadurecer sua sugestão junto a Comissão de Orçamento e demais deputados.

E, não havendo mais nenhum deputado que queira usar o expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, às doze horas e sete minutos, dou por encerrada a sessão e convoco outra para terça-feira, dia 28 à hora regimental, haja vista, que teremos amanhã uma audiência pública promovida pelo deputado Dr. Cláudio Cirurgião. Obrigado e bom dia todos.

Registraram a presença no painel os senhores deputados: **Angela Portella, Armando Neto, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dr. Cláudio Cirurgião, Dr. Meton, Gabriel Picanço, Idazio da Perfil, Isamar Júnior, Joilma Teodora, Lucas Souza, Marcelo Cabral, Marcinho Belota, Marcos Jorge, Neto Loureiro, Odilon, Rárisson Barbosa, Renato Silva, Soldado Sampaio e Tayla Peres.**

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS**RESOLUÇÃO Nº 452/2024-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao(a) servidor(a) GESSICA VITOR DA CRUZ, matrícula nº 30855, para usufruto no período de 21/02/2024 a 01/03/2024, referente ao período aquisitivo de 2023/2024

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 453/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao(a) servidor(a) BARBARA BEZERRA BATISTA SEVERO NOGUEIRA, matrícula nº 28154, para usufruto no período de 26/02/2024 a 06/03/2024, referente ao exercício de 2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 454/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao(a) servidor(a) RAFFAEL ALVES DA COSTA, matrícula nº 20012, para usufruto no período de 27/02/2024 a 27/03/2024, referente ao exercício de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 455/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao(a) servidor(a) SUEIDY ARAUJO BARBOSA, matrícula nº 26232, para usufruto no período de 23/02/2024 a 08/03/2024, referente ao exercício de 2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 456/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao(a) servidor(a) PEDRO BARBOSA DA SILVA, matrícula nº 14597, para usufruto no período de 18/01/2024 a 17/02/2024, referente ao exercício de 2022.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a contar de 18/01/2024.

Palácio Antônio Martins, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 457/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias ao(a) servidor(a) AMANDA GABRIELA DE ARAUJO PEREIRA, matrícula: 26881, no período de 19/02/2024 a 28/02/2024, referente ao exercício de 2023.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a contar de 19/02/2024.

Palácio Antônio Martins, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 458/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias ao(a) servidor(a) ROBERTO DE LIMA ROCHA, matrícula: 21927, no período de 27/02/2024 a 24/03/2024, referente ao exercício de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 459/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias ao(a) servidor(a) MARIA JOSE MESQUITA VIEIRA, matrícula: 10811, no período de 01/02/2024 a 01/03/2024, referente ao exercício de 2023.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a contar de 01/02/2024.

Palácio Antônio Martins, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 460/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor MILTON CESAR GOMES, matrícula: 26832, de 30 (trinta) dias de afastamento consecutivos de LICENÇA MÉDICA, no período de 16/02/2024 a 16/03/2024.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2024.

Boa Vista - RR, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 461/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora YASMIN PEREIRA DE JESUS, matrícula: 32031, de 19 (dezenove) dias de afastamento consecutivos de LICENÇA MÉDICA, no período de 23/01/2024 a 10/02/2024.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 23 de janeiro de 2024.

Boa Vista - RR, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 462/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora **FERNANDA DOS SANTOS REIS**, matrícula: 24116, de 15 (quinze) dias de afastamento consecutivos de LICENÇA MÉDICA, no período de 12/01/2024 a 26/01/2024.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 12 de janeiro de 2024.

Boa Vista - RR, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 463/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora **YASMIN PEREIRA DE JESUS**, matrícula: 32031, de 15 (quinze) dias de afastamento consecutivos de LICENÇA MÉDICA, no período de 19/02/2024 a 04/03/2024.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 19 de fevereiro de 2024.

Boa Vista - RR, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 464/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora **LAURA CAROLINE DA SILVA MACEDO**, matrícula: 30673, 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de Licença Maternidade, no período de 02/10/2023 a 29/03/2024.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 02 de outubro de 2023.

Boa Vista - RR, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

RESOLUÇÃO Nº 465/2024-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora **WEIZA NUNES BARBOSA**, matrícula: 30724, 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de Licença Maternidade, no período de 09/12/2023 a 05/06/2024.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 09 de dezembro de 2023.

Boa Vista - RR, 20 de fevereiro de 2024.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 29362

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**RESULTADO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 023/2023**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO RORAIMA por intermédio do Superintendente de Compras, regularmente designado pela Resolução Nº 433/2024 - SGP, de 16 de fevereiro de 2024, torna público o Resultado Final e a HOMOLOGAÇÃO do Pregão supracitado, oriundo do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 726/2023, cujo objeto é Eventual contratação de empresa para fornecimento de água mineral, vasilhame para água vazia, tipo garrafão, capacidade de 20 litros e fornecimento de botijões e recargas de Gás Liquefeito de Petróleo-GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro P-13 (Botijão de 13kg), para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima-ALE/RR e demais Unidades Administrativas tanto na Capital, quanto no Interior. Empresa vencedora: CABURAI GÁS E CONSTRUÇÃO LTDA. (CNPJ: 19.045.028/0001-73), vencedora dos Lote 01, com valor total de R\$ 111.900,00 (cento e onze mil e novecentos reais) e Lote 02, com o valor total de R\$ 756.000,00 (setecentos e cinquenta e seis mil reais).

Boa Vista de 20 de fevereiro de 2024.

Janderson Junho dos Reis Barbosa

Superintendente de Compras

Mat. 25.575

(Resolução Nº. 433/2024-SGP)

